

OLISIPO

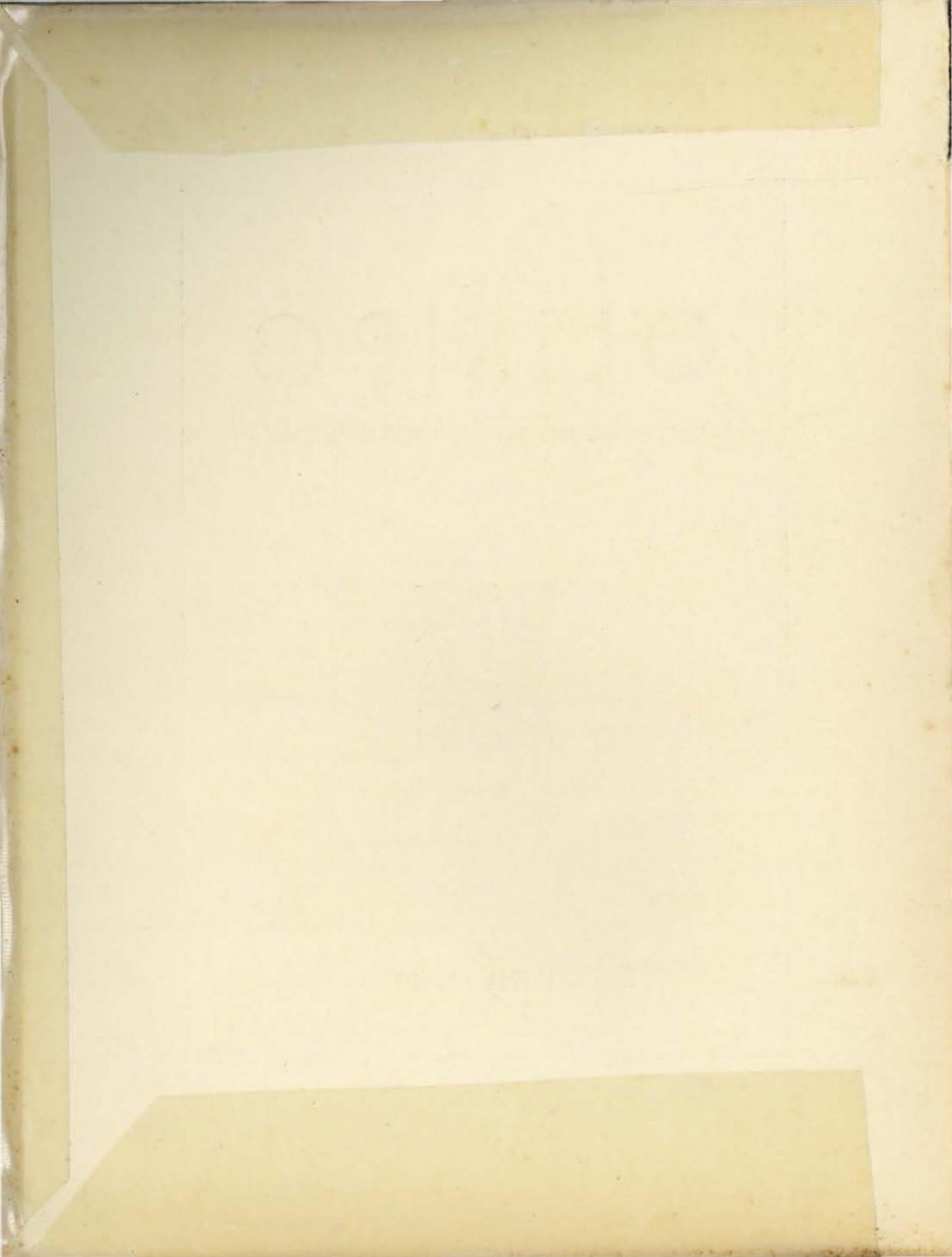
BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO II

N.º 7

JULHO - 1939



Oferta

5. JUL 2006

H

JULHO DE 1939

N.º 7

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA Direcção

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES, DIRECTOR-TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE PROVISÓRIA: LARGO DO CHIADO, 12, 2.º — TELEFONE 2 3972

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

- «OLISIPO» — BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS —
O TRI-CENTENÁRIO DA «GAZETA» COGNOMINADA
«DA RESTAURAÇÃO»

PELO *Dr. Alfredo da Cunha*

- A IGREJA E O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

POR *Mário de Sampaio Ribeiro*

- A IGREJA E O SÍTIO DE SANTO ESTÊVÃO DE ALFAMA

POR *Sidónio Miguel*



Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

ÊSTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

OFFICE OF THE SECRETARY OF THE ARMY

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF THE ARMY

DATE: 1917

TO: THE SECRETARY OF THE ARMY

FROM: THE SECRETARY OF THE ARMY

SUBJECT: THE SECRETARY OF THE ARMY



“OLISIPO”

BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

O TRI-CENTENÁRIO DA “GAZETA” COGNOMINADA “DA RESTAURAÇÃO”

POR ALFREDO DA CUNHA

NÃO é esta a primeira vez que, por iniciativa própria, ou a convite alheio, trato em público do interessante problema que, para a história da literatura nacional, representa o apurar-se qual foi o primeiro periódico português.

Sucintamente rememorarei esta incruenta, mas nunca esmorecida campanha, que dura, para mim, há quasi meio século.

Em 1891, numa desenvolvida biografia do insigne jornalista Eduardo Coelho, escrevi eu:

«O primeiro periódico que entre nós se vendeu ao preço de 10 réis, e alguns números ainda por menos, a 4, 5, 6 e 8, parece haver sido também a primeira *Gazeta* que se crê ter existido em Portugal, embora já antes dela houvesse os chamados *papeis volantes*, *relações* ou *notícias* avulsas, que todavia não apresentavam, quanto à sua publicação, a periodicidade que caracteriza o jornalismo. Data de 1641 o primeiro número dessa *Gazeta*, em que se relatam as novas todas,

que ouve nesta Corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641. Com todas as licenças necessarias. E privilegio Real. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anveres.»

Esta opinião cada vez mais se fortaleceu com estudos posteriores. E dela me não desviaram pareceres contrários, poucos, é certo, mas alguns de reconhecida autoridade. De autoridade reconhecida, porém, são igualmente os que, em considerável maioria, se lhes opõem, com decisiva vantagem, a meu ver.

A estes me associei em 1898, na breve memória *La Presse Periodique en Portugal*, apresentada ao 5.º Congresso Internacional da Imprensa reunido em Lisboa. Nesse trabalho reputei a *Gazeta* citada o mais antigo dos três patriarcas do jornalismo nacional, sendo os outros dois o *Mercurio Portuguez* e a *Gazeta de Lisboa*.

Reproduzi esta memória, traduzida, em 1914. ⁽¹⁾ reeditando também a nota que em 1898 dei a lume acerca do nosso primeiro periodista, título êste que attribuia ao redactor, ainda incerto, da *Gazeta* de 1641.

Assim, pois, quando em Julho de 1925 foi lançada a ideia, sugerida pela direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, de se comemorar o tricentenário da publicação do primeiro periódico português, se aplaudí essa lembrança incontestavelmente feliz, já do mesmo modo não aprovei a data proposta para a comemoração projectada — Setembro de 1926 —, nem a razão, que se alegou, de haver sido em Setembro de 1626 que se imprimira ou publicara em Lisboa a primeira *Relaçam* de Manuel Severim de Faria, a qual, seguramente, nem sequer nesse mês podia ter sido impressa ou publicada.

Fez-me então uma folha vespertina da capital a distinção de destacar um dos seus redactores para me ouvir sobre o assunto. E, em 22 de Agosto de 1925, lia-se nela o seguinte :

«A Imprensa Portuguesa vai comemorar, no próximo ano, o terceiro centenário da publicação do primeiro periódico que saiu dos prelos portugueses.

⁽¹⁾ No livro intitulado — *Diário de Notícias — A sua fundação e os seus fundadores — Alguns factos para a história do jornalismo português*.

«Em tôrno dessa ideia começam agora a surgir alvitres que os promotores do centenário devem ler com atenção, para que a Festa da Imprensa resulte um acontecimento brilhante, não só debaixo do seu aspecto comemorativo, mas também como elemento dignificador da profissão.»

E acrescentava :

«Não é a altura de se fazer a história da Imprensa periódica em Portugal. De resto, ela está feita. Além dos elementos de informação que constam de vários dicionários e publicações da especialidade, o ... jornalista Sr. Dr. Alfredo da Cunha, antigo director do *Diário de Notícias*, apresentou ao 5.º Congresso Internacional da Imprensa uma memória a muitos títulos interessante, onde se faz rigorosamente a biografia de Sua Majestade a Imprensa, desde as primeiras origens até os nossos dias.

«O (mesmo) ... jornalista, conforme disse hoje a um redactor do *Diário de Lisboa*, é de opinião que o primeiro periódico que se deve considerar como o avô dos jornais portugueses é a *Gazeta* de 1641, que era mensal e já nesse tempo estava sujeita à censura régia.

«No entanto, se a *Gazeta* foi o avô, a primeira *Relação* publicada em Lisboa foi, sem dúvida, o bisavô dos actuais órgãos de informação.

«E como ela foi impressa, pela primeira vez, no mês de Setembro de 1626 é nessa data que se deve comemorar o terceiro centenário da Imprensa.»

A estas linhas do distinto jornalista, meu amável entrevistador, haveria que fazer mais de um reparo, tão peremptoriamente se afirmam factos que carecem de fundamento, embora, se o tivessem, muito com alguns dêles me envaidecesse, como o de ter eu feito uma biografia rigorosa da Imprensa. Porque apenas fiz e publiquei algumas notas soltas de arqueologia jornalística, sem quaisquer pretensões a história completa. Esta continua a estar por fazer.

Limitei-me naquela ocasião a observar, além do que acima fica repetido :

RELACAM

VNIVERSAL DO

QVE SVCCEDEO EM PORTV.

gal, & mais Prouincias do Occidente & Oriente,
de Março de 625. atè todo Setembro de 626.

Contem muitas particularidades &
curiosidades.

*Ordenada por Francisco de Abreu natural
desta Cidade de Lisboa.*



Com todas as licenças necessarias.

E M L I S B O A.

Impressa por Geraldo da Vinha. 1626.

— que «a primeira Relação publicada em Lisboa» saiu do prelo muitos anos antes de 1626, pois há *Relações* impressas na capital, desde o século XVI;

— e que, tratando-se da *Relaçam* de Severim de Faria, ⁽¹⁾ referente aos meses de Março de 1625 «até todo o Setembro de 1626», a sua impressão ou publicação, de certeza, só podia ter sido em Outubro daquele segundo ano, e não devia portanto o mês de Setembro de 1626 ser o escolhido para se festejar o tricentenário dum facto que em Setembro de 1626 se não dera.

Efectivamente, ressalta isto do mero exame das datas das licenças dadas para a impressão do escrito. Foi em *2 de Outubro* de 1626 que se permitiu que tal *Relaçam* fôsse impressa, devendo depois tornar «*para se taixar e sem isso não correrá*». E que só mais tarde pôde *correr*, infere-se, não apenas da concordância do impresso com o original — o que foi atestado por Frei João Cardoso em *22 de Outubro* — mas também de, ainda depois de cumprida esta formalidade, ter ido à taxaçoão indispensável para se publicar.

Quere dizer que só em fins de Outubro, ou em Novembro de 1626, podia ter vindo a lume.

Ou porque se reconhecesse a tempo êste erro, ou porque prevalecesse a opinião de que não devia considerar-se esta *Relaçam* o primeiro periódico português, a comemoração em projecto não foi levada a efeito, com o que muito lucrou a verdade histórica.

* * *

Anos depois, em Março de 1930, havendo uma importante folha de Lisboa publicado, com a epígrafe de — *O primeiro jornal português* a notícia da aquisição, pela Biblioteca Nacional, duma raridade bibliográfica — um exemplar da reedição, feita em Braga por Fructuoso Lou-

⁽¹⁾ Severim ocultou-se sob o pseudónimo de «*Francisco de Abreu, natural desta cidade de Lisboa*».

renço de Basto, da citada *Relaçam* de Severim de Faria, — posto reconhecesse a extrema raridade da espécie, e aplaudisse por conseguinte tal aquisição, impugnei a legitimidade do título dado ao artigo, nos seguintes termos:

«Com raríssimas excepções — e eu só conheço uma, com autoridade, que é a dum escritor doutíssimo (1), mas que, no trabalho em que se refere à questão, é o primeiro a declarar que não o considera definitivo — os bibliófilos ou tratadistas mais autorizados na matéria não reputam aquela *Relaçam* o primeiro jornal português. Pelo contrário! Essa primazia reconhecem-na, sim, à *Gazeta* de Novembro de 1641.

«Cito, em apoio desta opinião, um artigo do *Panorama*, atribuído por Inocência a Herculano (2) e elogiado por Cunha Rivara (3), e os pareceres de grandes jornalistas como Eduardo Coelho (4) e Dr. Sousa Viterbo (5) e de notabilíssimos bibliógrafos, como Inocência Francisco da Silva (6) e Brito Aranha (7)». Não me ocorreu, na ocasião, juntar a esta pleiade de escritores de nome, Teófilo Braga (8), Teixeira de Vasconcelos (9), Fonseca Benevides (10) e Ribeiro Guimarães (11), a cuja lista poderia mais tarde acrescentar Bento Carqueja (12).

(1) O Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos em *Severim de Faria, Notas biográfico-literárias*, 1914. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, volume VIII.

(2) *Panorama*, T. II, pág. 101.

(3) *Ibid.*, pág. 135.

(4) *Notice présentée au Congrès littéraire international de Lisbonne*, em 1830.

(5) *Jornal da Manhã*, do Porto, de 16 de Julho de 1893.

(6) *Cartas Bibliographicas*, na *Gazeta de Portugal*, em Outubro de 1863.

(7) *Diario de Noticias* de 16 de Janeiro de 1893.

(8) *Curso de Historia da Literatura Portuguesa*, pág. 323.

(9) *Antonio Rodrigues Sampaio, journaliste*, (Paris 1858), pág. 10, em *Les Contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens*.

(10) *Rainhas de Portugal*, T. II, pág. 94.

(11) *Sumario de Varia Historia*, T. I, pág. 184.

(12) *A evolução do jornalismo* (conferência) no *Comercio do Porto* de 27 de Março de 1931.

E continuava na minha carta :

«Não é aqui lugar para discutir, com largueza, o assunto. Isso tenciono fazer na próxima sessão da classe de letras da Academia das Ciências, no dia 10 de Abril, na comunicação em que tratarei das *Relações* de Severim de Faria e das *Gazetas* da Restauração, dando as razões por que considero estas, e não aquelas, os primeiros periódicos portugueses.

«Por agora, limito-me a uma simples transcrição, que sintetiza as opiniões dos demais investigadores que citei. É de Inocêncio, nas *Cartas bibliographicas* a Teixeira de Vasconcelos, posteriores ao volume do *Diccionario Bibliographico* em que tratara das *Relações* de Severim.

«Escreveu êle :

«Não devem entrar nessa classe (das gazetas ou papeis periódicos) algumas poucas *Relações* avulsas, e sem dependência entre si, que uma ou outra vez se imprimiam com a narrativa de sucessos marítimos ou terrestres. *Tampouco deve caber essa denominação* (de periódicos) *às duas RELAÇÕES do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente etc., reportadas uma ao ano de 1626, e outra ao de 1627, especies de Anuarios, como hoje diriamos, que o douto chantre Severim de Faria publicou.*»

Devo acrescentar que êste reparo foi julgado «justo» pela própria folha onde se havia em tempo sustentado que a discutida *Relaçam* de Severim de Faria era o «bisavô dos actuais órgãos de informação», mas que, rendida à evidência das razões expostas, veio afinal a opinar também que «o mais antigo jornal português não foi a *Relação*, que não pode considerar-se jornal, mas sim a *Gazeta* que data de 1641.» (1)

Nestes precisos termos se traduziu essa conversão, que registei com prazer, dado o subido conceito devido a quem tão explicitamente dela me certificava.

(1) *Diario de Lisboa* de 9 de Abril de 1930.

Na sessão da classe de letras da Academia das Ciências, de 10 de Abril de 1930, li efectivamente a anunciada comunicação, cuja doutrina, pelas unânimes manifestações de assentimento com que foi acolhida, e porque êsse trabalho, segundo consta do respectivo *Boletim*, se apresentou «opulentamente documentado», creio ter obtido plena confirmação de tão autorizados ouvintes.

* * *

Convidado mais tarde a escrever para a *História da Literatura Portuguesa, Ilustrada*, o capítulo respeitante ao *Jornalismo do século xvii*, reproduzi, quase textual e integralmente, a minha comunicação académica.

Observava ali que havia dois pontos principais a discutir:

1.º — ¿ As duas *Relações* publicadas como sendo da autoria de *Francisco de Abreu*, pseudónimo de Severim de Faria, — porque estas, e não outras, é que têm originado a discordância — teriam sido realmente os primeiros periódicos portugueses, dignos dêste nome. o «protótipo dos jornais modernos», como lhes chamou o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos num trabalho que já citei? ¿ Ou deverá datar-se do aparecimento da primeira *Gazeta* da Restauração o comêço do periodismo entre nós?

2.º — ¿ Dando (apenas por hipótese) como inaceitável esta última conjectura, deverá ter-se a *Relaçam* de Severim de Faria, impressa em 1626, pela primeira publicação portuguesa de *novas gerais*, que é o único ponto de contacto que ela poderá apresentar com os periódicos modernos? Ou, em vez dessa, a primeira terá sido alguma outra das várias «*relações de novas gerais*» a que depreciativamente aludia a Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, como publicadas «*havia anos*», e portanto muito anteriores à de Severim, a qual ainda incluía «todo Setembro de 1626», e sôbre cujo aparecimento, à data daquele diploma, teriam decorrido, não anos, mas apenas dois ou três meses?

Minuciosamente apreciei êstes pontos, não reeditando aqui, em todos os pormenores, por demasiado extensa, essa dissertação.

Como simples *Cartas de noticias*, sem nenhuma das características dos jornais modernos, considere as *Relações* de Severim de Faria. Basta, para de tal nos convenceremos, ler o começo e o final da que se julga ter sido a primeira das publicadas, pelos quais se vê que ela era endereçada, não ao público, em geral, mas especial e determinadamente a alguém, que o autor não nomeia, mas que lhe pedira «novas do reino, côrte e mundo» — *novas gerais* — e que vivia «entre Douro e Minho», terminando com estas palavras: «E com isto tenho satisfeito a curiosidade de vossa mercê e a minha obrigação». Nada mais significativo da natureza e intenção particular do escrito. O que se não sabe é por que foram êste e o seguinte, os únicos, dos trinta e um análogos do mesmo autor, que se tornaram públicos pela imprensa.

Semelhantermente, a segunda *Relaçam*, impressa em 1628, era dirigida «a Gil Nicola, cavaleiro francês».

Em vez de periódicos, como se pretende que sejam estas duas missivas, seriam, para me servir dum vocábulo fora de uso — *ânuas* — que Morais Silva define «*cartas que referem os sucessos de aquele ano em que se escreveu*», de que ficaram manuscritas e se encontram no Códice 241 da Biblioteca Nacional de Lisboa, outras destinadas pelo mesmo escritor a Diogo do Couto, ao P.^e Francisco Dias, etc.

Constituíam elas, como o próprio título da colecção expressamente inculca, uma *Historia Portugueza e de outras Provincias de Occidente desde o Anno de 1610 até 1640 escrita em trinta e huma Relações por Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Evora*.

Ora dessas 31 *Relações*, como já notei, as quais não são mais do que outros tantos capítulos da intitulada *Historia*, ou dos *Annaes de Portugal*, de que fala Barbosa Machado, é que, segundo parece, apenas se escolheram, ignora-se por que motivo, repito, a 16.^a e a 17.^a, para se darem à publicidade.

Isto bastaria para afastar a suposição de que a tais escritos, de feição confessadamente epistolar, houvesse a intenção de dar o caracter de periódicos.

* * *

No seu livro *Le Journal*, Eugène Hatin observou com verdade:

«Em seguida à invenção da imprensa, tornara-se geral o uso de imprimir em fôlhas separadas, e vender por baixo preço, relações de todos os acontecimentos notáveis, de todos os factos próprios para atrair leitores.

«Houve dessas fôlhas volantes, em maior ou menor número, quasi por tôda a parte onde havia imprensas; mas em parte nenhuma se via que tivessem qualquer encadeamento entre si, e não se lhes poderia, porconsequente, reconhecer o carácter de jornal, de que não tinham nem a periodicidade, nem a continuïdade, nem a variedade, mesmo quando algumas apresentassem entre si alguma semelhança de forma».

Estas linhas dir-se-iam escritas com rigorosa applicação às duas *Relações* publicadas de Severim de Faria, às quais faltam todos os requisitos indicados para se considerarem periódicos.

Êstes pressupõem — a palavra o manifesta — a periodicidade, e esta implica regularidade e continuidade no aparecimento, além de certa uniformidade e interdependência, — ou, como lhe chama Hatin, «encadeamento» — características de tais publicações.

Ora não pode reconhecer-se regularidade e continuidade na aparição de dois folhetos apenas, saídos a lume com o intervalo de pròximamente um ano, dizendo respeito o primeiro aos 19 meses decorridos de Março de 1625 a todo o Setembro de 1626, e o segundo a ano e meio (Março de 1626 a Agosto de 1627) e duplicando-se neles os meses de Março a Setembro de 1626.

Também não apresentam uniformidade entre si, nem quanto ao título, que é no primeiro — *Relaçam Universal*, etc., — e no segundo — *Relaçam do que succedeo*, etc.; nem quanto às oficinas e locais de impressão, porque a primeira *Relaçam* foi impressa na oficina de Geraldo da Vinha, em Lisboa, e reimpressa por Fructuoso Lourenço de Basto, em Braga, e a segunda na oficina de Manuel de Carvalho, em Évora; nem quanto aos destinatários, crescendo que, originariamente, como já notei, parece que nenhuma delas foi destinada ao público, como é da própria razão de ser dos jornais.

Poderá dizer-se que, se, pela falta de todos estes requisitos, as *Relações* de Severim de Faria não deviam reputar-se periódicos, como tais seria lícito considerá-las pela sua essência, isto é, pela natureza dos

assuntos e maneira de os tratar, — condições estas que lhes imprimissem o caracter de inovação literária e lhes dessem lugar de direito e assento de primazia no campo do jornalismo.

¡Mas também não! Porque essas narrativas de sucessos, ou *relatorias*, como a uma sua *Relação* chamou Francisco Vaz de Almada, encontram-se semelhantemente, naquela mesma época, e ainda antes, em livros ou folhetos que ninguem nunca julgou terem a menor afinidade com periódicos.

Propagara-se, desde que a imprensa se introduziu em Portugal, a febre do noticiário, como se diria hoje. A atestá-lo ficaram muitas *Relações* dos séculos XVI e XVII, em grande parte registadas por Figanieri na *Bibliographia Historica Portuguesa*.

Apontou-o Garcia de Rezende na *Miscelânea* :

E vimos em nossos dias
A letra de forma achada
Com que a cada passada
Crescem tantas livrarias
E a sciencia é aumentada.

A ciência . . . e a curiosidade do público ledor, que, se naquele tempo era, em comparação com o dos nossos dias, muito menos em quantidade, não o seria, porém, na qualidade de amator das «novas novidades», de que noutro lugar falava o mesmo autor da quintilha transcrita.

As *Relações*, como é sabido, davam conta de guerras, viagens, mortes e nascimentos, incêndios e naufrágios, prodígios e aparições, havendo até algumas já ilustradas com estampas. Era uma forma de fazer história, e não de fazer jornalismo, como o não fazem essas fôlhas avulsas que ainda presentemente ouvimos apregoar pelas ruas, e que tomam por objecto algum recém-ocorrido caso «sensacional», para me servir do termo corrente na gíria da reportagem moderna.

A diferença que Manuel de Faria e Sousa achava entre as *Relações* e a história à maneira de Tácito, infere-se do *Prologo* com que abre a *Historia del Reyno de Portugal*, ou *Epítome de las histórias portuguesas*, em que êle attribui às primeiras a feição de simples narra-

ções de factos «desnudas», e à segunda, estilo «facil y abierto, llano y lleno», segundo se expressou no castelhano em que escreveu.

Até em livros, como, por exemplo, no final de cada capítulo do Tômoo II da *Europa portuguesa*, do mesmo Faria e Sousa, contemporâneo de Severim de Faria, e no que êle denominava *Parergon*, se nos deparam, com o título de «*Memorias del Mundo por estes años*», notícias de acontecimentos vários, que nada tinham com a matéria própria da história dos nossos reis, que é o assunto da obra.

Cito apenas o último *Parergon*, dividido em duas secções — *Memorias propias* e *Memorias estrañas*, que fazem lembrar as duas partes das *Relações* de Severim de Faria — «*O que succedeo em Portugal*», e nas «*mais Provincias do Occidente e Oriente*».

Relações chamou D. Francisco Manuel de Melo às suas *Epanáforas de varia historia portugueza*, como João de Barros, nas *Decadas*, dissera que ia fazer *relação* dos sucessos ocorridos.

E outra coisa não é senão — como observou Castilho — uma longa *Relação*, em verso, de factos notáveis ou informações de vária espécie, a *Miscelânea* de Garcia de Rezende, a que aludi, e cuja primeira edição (1554) precedeu, mais de três quartos de século, as *Relações* de Severim de Faria.

Ali se contam, com facilidade de versejar que invejariam muitos gazetilheiros nossos contemporâneos, o que êle chamou «*casos e coisas*» e «*novas novidades*».

Mudanças e grandes feitos,
Em papas, reis, dignidades,
Em reinos, vilas, cidades...

Por mera curiosidade, para dar ideia da narrativa metrificada de Rezende, transcreverei algumas estrofes em que se fazem referências directas a Lisboa:

Vi que em Lisboa se alçaram
povo baixo e vilãos
contra os novos cristãos,
mais de quatro mil mataram

dos que houverão às mãos: (1)
uns dêles, vivos queimaram,
meninos despedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos e vilezas
em todos quantos acharam.

Estando só a cidade
por morrerem muito nela
se fez esta crueldade;
mas el-rei mandou sôbr'ela
com mui grande brevidade;
muitos foram justicados,
quantos acharam culpados
homens baixos e bargantes,
e dois frades observantes,
vimos por isso queimados.

El-rei teve tanto a mal
a cidade tal fazer,
que o título natural
de nobre e sempre leal
lhe tirou e fez perder;
muitos homens castigou
e officios tirou;
depois que Lisboa viu
tudo lhe restituiu
e o título lhe tornou.

.....

Lisboa vimos crescer
em povos e em grandeza,
e muito se nobrecer

(1) A 20 de Abril de 1506, em dia de Pascoela.

em edificios, riqueza,
em armas e em poder ;
porto e trato não há tal,
a terra não tem igual
nas frutas, nos mantimentos ;
gôvêrno, bons regimentos
lhe falecem e não al.

.....

Vi que em Lisboa caiu
da costa gran quantidade (1)
duas ruas destruiu,
duzentas casas sumiu,
foi grão temor na cidade ;
aquestes tremores tais
e outros muitos sinais
vemos, sem termos lembrança
de Deus, nem fazer mudança
de nossas vidas mortais.

.....

Vi el-rei nosso Senhor, (2)
quando foi por rei alçado,
nunca foi tão grande estado
nem rei com tanto primor
se viu nunca levantado
com tanto estado real,
infantes e cardeal,
duques, marquezes, prelados,
condes, fidalgos honrados,
com a frol de Portugal.
Em Lisboa assim saiu
dos paços pela ribeira,

(1) O terramoto de 1522.

(2) D. João III.

gente sem conto o seguiu,
gentileza não se viu
nunca em rei tão verdadeira,
a cavalo, mui galante,
e todos a pé diante ;
do grão triunfo não falo,
e as redeas do cavalo
a pé levava o infante.

.....

Em Lisboa então se viu
e vimos mula parida ⁽¹⁾
para isso af trazida
de Punhete, onde pariu,
de todos vista e sabida ;
e o filho, que criava,
perante todos mamava ;
no Rocio na Ribeira,
foi vista desta maneira
de muita gente que olhava.

E depois apareceu
um cometa mui famoso ⁽²⁾
que não mingou nem cresceu,
nem andou, nem se moveu,
e não era luminoso ;
coisa branca, mui comprida,
direita, com gran medida,
bem quinze noites se viu,
pouco e pouco se sumiu
té ser desaparecida.

(Continua no próximo número)

⁽¹⁾ Em 1520.

⁽²⁾ No verão de 1530.

A IGREJA E O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, DE LISBOA (*)

Palestra elucidativa feita aos sócios do Grupo «Amigos de Lisboa»,
a quando da sua visita no domingo de Pascoela (24 de Abril) de 1938

POR MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

(Conclusão)

A cozinha do quartel, com êste monstruoso fogão de ferro (que teve artes de enfarruscar tudo) e com esta horripilante instalação de águas quentes, ainda conserva uma série de arcos de volta abatida — espécie de sarapanéis — que são de cantaria e nitidamente quinhentistas. Nos colunelos há um motivo escultórico bastante simples, mas que é igual ao do arco da capela de Lopo Soares da Albergaria. A presença dêstes arcos faz-me supor que teria sido cozinha dos frades.

Também se me antolha obra meritória a sua limpeza e o destêrro para as profundas dos infernos do fogão e das instalações de água. O tecto, não me parece difícil de recompor, desde que se faça desaparecer o vigamento de ferro que lhe puseram.

Passamos agora a um vasto casarão, que designarei por refeitório (embora o padre Carvalho da Costa nos diga que êle era no primeiro andar), e tem servido, nos últimos tempos, de oficina de colchoeiro...

(*) Por conveniências de paginação as notas vão no fim.

Há aqui notabilíssimos azulejos do século XVII — painéis de várias dimensões nos quais se historicam e glorificam feitos de eremitas agostinianos, que se notabilizaram, sobretudo, nas Índias Orientais e Ocidentais.

Alguns têm os rostos picados — como os retratos dos dois arcebispos de Braga, D. frei Agostinho de Castro e D. frei Aleixo de Meneses.

A maioria, porém, está milagrosamente bem conservada. Neles estão representados martírios ou triunfos de Veneráveis e de Beatos da Ordem.

E frei Pedro da Graça, que fez prodígios entre os gentios do reino da Mina.

É frei Diogo de Sant'Ana, que professou nesta casa, em 1594, e foi para a Índia com D. frei Aleixo de Meneses. Eleito prior do convento de Aspão, na Pérsia, reduziu à obediência da Igreja Romana a David, patriarca da Arménia, a 5 bispos seus sufragâneos e a mais 103 sacerdotes, que todos abjuraram seus êrros scismáticos, em maio de 1607. De tal modo se houve que até atraíu a amizade do Xá Abás. Era natural de Vila Nova de Lampazes, termo da cidade de Bragança.

É frei Nicolau de Melo e é frei Guilherme de Santo Agostinho, ambos beatificados por amor do martírio que sofreram pela Fé em Astrakan, onde foram queimados vivos, em 2 de janeiro de 1616, após quinze anos de «horrríveis cárceres, crueis açoites e contínuas afrontas».

São: frei Aleixo de Penafirme, frei António de Elvas, frei Inocêncio de Barcelos, frei Álvaro de Lisboa e frei Atanásio de Arronches, cujos apelidos mostram bem como Portugal inteiro se empenhava, ainda no século XVII, na grande obra da dilatação da Fé.

É o açoreano frei João Estaço, discípulo, em Salamanca, de Santo Tomaz de Vila Nova, que desenvolveu inacreditável acção no México e no Perú e veio a morrer bispo eleito de Los Angeles, na Califórnia.

É frei João da Cruz e frei Manuel da Nazaré e frei Gaspar de Lisboa. É frei António da Natividade, coluna da cristianização de Mombaça. É mais o índio frei Luiz de Orta, que foi prior de Mascate. E, finalmente, no lugar de honra, o grande painel glorificador da Venerável Dona Gativanda, rainha do Gorgistão, «irmã e filha espiritual da Ordem de Santo Agostinho», que o Xá Abás, imperador da Pérsia, mandou matar, em 25 de setembro de 1624, por ela não querer voltar à prática da lei de Mafoma—martírio de que frei Ambrósio dos Anjos fez uma breve relação manuscrita, outrora guardada na opulentíssima livraria deste convento.

Todos os painéis têm, mais ou menos caprichosamente dispostos, letreiros elucidativos do assunto representado.

Vamos agora para o claustro nobre.

Antes, porém, devemos reparar no que nos fica à mão esquerda.

Primeiro é o arco de vão da capela instituída, em 1691, por Jorge Francisco de Azevedo e por sua mulher, Joana de Pina Palha.

Místicos com êle, ainda subsistem dois painéis alusivos ao Beato João de Estremoz, outra glória dos eremitas agostinhos portugueses; foi aqui irmão leigo e morreu em cheiro de santidade e com fama de santo em 1517.

Diz a história que, sendo ainda secular e estando em vésperas de contrair matrimónio, lhe apareceu Nossa Senhora da Graça (perto do Lumiar, onde residiria) e lhe disse: — «João, vai a minha casa e faz-te religioso nela». E êle assim fez. É o assunto de um dos quadros; por sinal que tem as letras ao contrário e é preciso ler a frase da direita para a esquerda. O assunto do outro painel atesta a extrema caridade do fradinho — representa-o distribuindo o pão do convento pelos pobres.

Eis-nos, finalmente, no terreiro dêste claustro verdadeiramente monumental por suas grandiosas proporções. Noutros tempos aqui no meio havia vistoso jardim de murtas.

É todo de mármore e tem três pisos. O último é um terraço donde se disfruta panorama admirável. No rés-do-chão os arcos e mais vãos estão quasi todos entaipados. As ervas crescem livremente pelas paredes e muitas das grandes janelas do primeiro andar nem caixilhos têm!

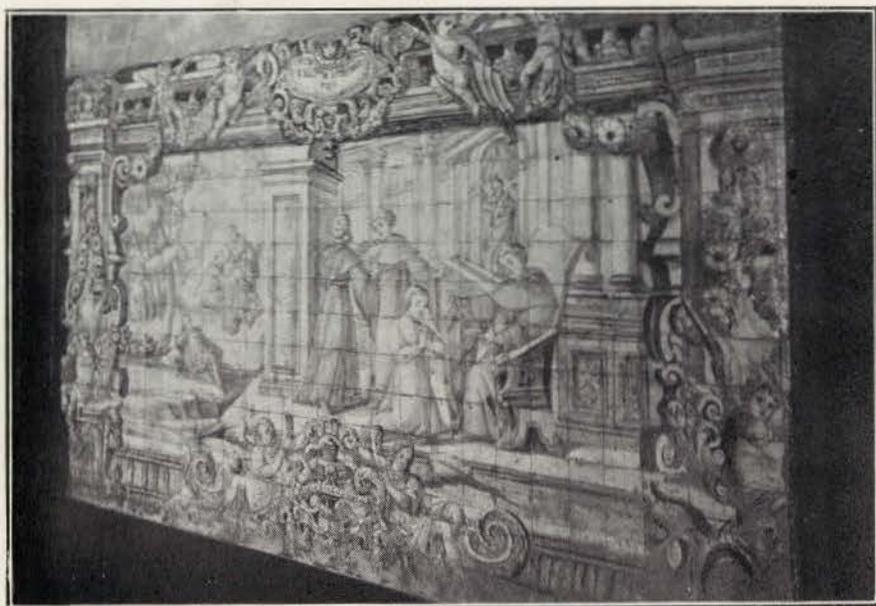
Segundo a opinião dos architectos doutros tempos êste claustro era uma das primeiras obras do país. Deviam ter razão. Eu, pelo menos, não conheço nada que se pareça com êle.

E digei-me agora:

— ¿Corta ou não corta o coração o estado em que está? ¿É ou não uma obra de caridade a sua re-integração?

Creio que não pode haver duas opiniões a tal respeito.

No pavimento térreo, em todo êste lado norte, onde agora está aquela má cavaleriça, foi a capela, e mais dependências, onde, primeiramente, se instalou a Irmandade dos Passos. Para aqui veio trazida a imagem na procissão da Via Sacra, vinda de S. Roque, naquela



Convento da Graça — Painel de azulejo alusivo
à toma de hábito do Beato João de Estremoz

Foto Eduardo Portugal



Convenio da Graça — Edificante aspecto do monumental claustro (1938)

Foto Eduardo Portugal

remota segunda sexta-feira da quaresma de 1587. Daqui saiu anos sobre anos, levada processionalmente em seu andor. Junto da capela ficavam: o cemitério dos irmãos, a casa do despacho e a casa da cura.

Ante a vossa estranheza por esta designação — casa da cura — vou fazer-vos, sinteticamente, a história da famosíssima procissão.

Inicialmente, e, pelo menos, até completar seu primeiro sesquicentenário, a procissão do Senhor dos Passos da Graça tinha caracter exclusivamente penitencial; era sobretudo desfilar de almas ansiosas de perfeição moral ou repêsas de males feitos, que acompanhavam a imagem do Mártir por excelência.

Porque se considerava o corpo inimigo do espírito, porque se tinha perfeita noção de que as virtudes espirituais não se alimentam dos gozos físicos, muita gente castigava a carne, na mira de fortalecer e aperfeiçoar a alma, fazendo-o com tamanho encarniçamento que as forças a traíam e não lograva chegar ao têrmo da jornada.

Os irmãos iam de farricoco; só pelos olhos, ou por algum defeito que os individuasse, poderia saber-se quem eram.

Na testa da procissão marchava o trombeta clangorando notas estrídulas. Era precedido por matracas de pau preto manejadas com presteza

A aproximação do cortejo era anunciada pelos sons da trombeta e pelo rápido matraquear das argolas de ferro.

Seguia-se um guião negro e após êle vinha verdadeira multidão de penitentes, uns fustigando-se com disciplinas, outros caminhando de joelhos pelas pedras das calçadas de piso desigual, outros ainda, com reparos de coiro, arrastavam-se de rôjo por sobre a areia, o rosmaninho e a alfazema, que alcatifavam as ruas do trajecto.

Iam ladeados por irmãos, que conduziam grandes bacias com vinagre e sal para os penitentes embeberem as disciplinas — o vinagre ajudava a fechar as carnes das feridas abertas nos troncos nus.

Entre a legião de penitentes descalços havia quem buscava remir pelo sofrimento de um dia os pecados e o viver dissoluto de dôze meses, mas contava-se também quem se limitava a cumprir promessa irreflectida (por seu exagêro) que fizera em momento de autêntico desespero. Dizia-se (aliás, diziam certos estrangeiros) que de mistura com verdadeiros penitentes marchavam outros que fingiam sê-lo —

mancebos da fidalguia que só se flagelavam sob os balcões de donde sabiam ser vistos pelas donas de seus pensamentos, para lhes fazerem acreditar até que extremos ia a sua... *penitente*.

As ruas ficavam salpicadas de sangue e não raro se topava com bocados de pele ensangüentada aderidos às pedras das calçadas.

Em verdade era necessária energia sôbrehumana para se percorrer o caminho de S. Roque até aqui, em postura difícil ou a retalhar as carnes em flagelação febril e continuada e quasi sempre com os pés cortados nos vidros partidos, que algumas «almas caridosas» se davam à «pledosa» tarefa de espalhar pelas ruas do percurso.

Quando cá chegavam acima muitos dos penitentes vinham mais mortos que vivos, razão por que me repugna crer que o fizessem por ostentação ou vanglória.

Vários cirurgiões e boticários assistiam-lhes e pensavam-lhes as feridas. E, como a terapêutica o recomendasse, confortavam-nos com doces e vinhos finos que a Irmandade e várias almas bem-fazejas mandavam adrede para a casa da cura. Daí o nome.

Aquilo a que certo escritor chamou o «progresso do espírito humano», mas que antes devera chamar-se a «progressiva vitória da carne humana», faz que não compreendamos hoje estes extremos de mortificação e que julguemos impróprio de gente civilizada o açoitar-se e flagelar-se de *motu-próprio*. Chegamos mesmo a formular juízos severos sôbre a conduta de nossos antepassados a êste propósito. Uma coisa esquecemos porém: é que êles faziam em si próprios aquilo que nós ainda somos capazes de fazer mas... só nos outros!...

Em verdade aqueles suplicios (embora condenáveis por seus extremos rigorosos) tinham a virtude de ter latente o espírito de sacrifício, levado por vezes ao heroísmo.

Hoje ninguém seria capaz de disciplinar-se uma só vez. E não o seria por egoísmo e, sobretudo, por cobardia. O mêdo à dôr paralisaria o braço ao mais ousado. Por isso as grandes penitências modernas, as grandes mortificações a que as almas de nosso tempo se entregam com extremos de gôzo inefável, cifram-se, geralmente, em não comer sôbremeza durante um mês ou em não andar de taxímetro durante uma semana.

Custam muito, não o nego, envolvem louvável espírito de sacrifício, sem dúvida, mas... não doem nada!...

Atrás dos penitentes vinha o pendão rôxo com as quatro iniciais S. P. Q. R. e, depois, duas longas teorias de irmãos, com brandões de cera amarela, prolongavam-se até o andor do Senhor dos Passos, ante o qual marchavam, por sua ordem, sete anjos com os emblemas da Paixão — a *Verónica*, os *dados e martelo*, os *três cravos e a torquês*, o *calix*, a *lança* de Longuinhos, a *esponja* que o soldado embebeu em vinagre e passou pelos lábios de Cristo, espetada na ponta de uma cana, para matar a sede de que Êle se queixava e, finalmente, o escarninho *I.N.R.I.* que foi aposto na Cruz.

Durante todo o percurso caía sôbre o andor verdadeira chuva de mimos e de esmolas — flores, trigo em grão, centeio, moedas de todos os valores — que os fiels lhe jogavam das janelas ou das bermas das ruas, onde se aglomeravam.

Após o andor, que oito irmãos conduziam aos ombros, seguiam-se vários eremitas augustinianos, de pluvial roxo e com os capelos negros dos hábitos postos pela cabeça.

Por fim o pália com o Santo Lenho e, no couce de tudo, alguns soldados e varas da justiça e compacta multidão, que ora rezava, ora cantava com fervor o lindo cântico da Via Sacra:

Bem-dita e louvada seja
A Paixão do Redentor,
Que p'ra nos remir os pecados
Morreu em nosso favor.

Sete «passos» havia no trajecto da igreja dos Padres da Companhia à dos Gracianos e antes de cada qual se iam rezando, por sua ordem, cada um dos sete salmos penitenciais.

O primeiro passo era ainda dentro de S. Roque e mostrava Jesus caminhando, com a cruz às costas, em direcção ao Calvário.

O segundo, no largo de S. Roque, figurava a primeira queda do Redentor sob o péso desmedido de Sua cruz.

O terceiro era no Rossio e memorava o momento do encontro da Virgem Maria com Seu Filho nas ruas de Jerusalém. Cantava-se o dramático *O vos omnes qui transitis per viam! Attendite et videte: si est dolor similis sicut dolor meus.* E ao compasso da toada tristíssima do

lancinante grito de angústia, da expressão da maior dôr humana — «Vede se há dor que possa igualar esta que me trespassa o coração!?» — o ritmo das disciplinas acelerava-se, em todos os peitos se acendia o desejo veemente de sofrer, de ser por qualquer modo participante da maior tragédia da História. Suas Majestades e Altezas, das janelas do Palácio da Inquisição, assistiam à passagem da procissão e davam exuberantes mostras de sua piedade.

O quarto passo era na Mouraria, junto ao Arco do Marquês de Alegrete e representava Simão de Cirene ajudando a Jesus no transporte do madeiro ignominioso, que, mercê da Sua crucifixão, deviria o mais glorioso padrão conhecido — o Símbolo do Cristianismo!

O quinto passo — o da Verónica — era ao Boiformoso e o sexto, junto do Arco de Santo André, reproduzia a scena em que Jesus, ajoujado ao pêso da Cruz, exclama, dirigindo-se às filhas de Jerusalém — *Nolite flere super me, sed super filios vestros.*

Finalmente o sétimo e último passo — o Calvário — era dentro da Igreja da Graça, no altar do Senhor Jesus do Montoya.

O incessante caminhar do tempo fez que tudo se mudasse e o character penitencial da procissão desapareceu.

O farricoco da trombeta, um dos últimos vestígios do princípio, deixou de figurar à cabeça do cortejo a partir de 1860. No ano anterior fôra proibido, não sei porquê, que se cantasse o *Bemdito* vulgar, que já substituíra o lindo cântico inicial.

Todavia, nos últimos anos do constitucionalismo monárquico a procissão ainda era acontecimento de tômo na vida lisboeta.

Na segunda sexta-feira da quaresma, Lisboa alterava por completo seus hábitos ronçeiros: jantava mais cedo e luzia o guarda-roupa das grandes ocasiões — tirado de véspera das caixas de cânfora e das gavetas dos guarda-fatos para perder o cheiro da naftalina e da pimenta com que se buscava defendê-lo das traças. Para os homens era de preceito o fato preto e o chapéu de côco, quando não tinham sôbre-casaca e chapéu alto. As senhoras punham seus vestidos de seda preta lavrada — o vestido que era a suprema ambição da boa dona de casa da classe média e que durava a vida inteira. As senhoras de idade traziam capotas em que era freqüente a decoração de lilazes artificiais, feitos de pano,

A multidão, disposta em alas ao longo dos passeios das ruas do trajecto, aguardava circumspecta a passagem da procissão. Tudo era grave, até mesmo a compostura das crianças, que traziam de casa os ouvidos cheios de recomendações. As janelas pareciam painéis das Almas, tantas eram as pessoas que em cada uma se comprimiam, e de muitas delas pendiam boas colchas de damasco de seda carmezim.

Ia-se cedo para apanhar bom lugar e esperava-se horas a fio pelos dois soldados da Guarda Municipal, a cavalo, que, cada qual a seu extremo da largura do pavimento da rua, precediam a procissão.

Como outrora, passava o guião, passava o pendão pretoriano de Pilatos, os irmãos, de opas roxas, formavam alas e lá iam também os sete anjos da praxe. O andor do Senhor dos Passos vinha depois, vistosamente enfeitado com flores naturais, predominando as caméllas brancas e as violetas. Seguiam-se-lhe vários sacerdotes de pluviais roxos. Às lanternas e ao pália pegava a melhor nobreza do Reino e atrás do andor, com passo firme, caminhava o velho duque de Loulé empunhando a vara de juiz. Logo a seguir ao pália vinha a banda da Guarda Municipal, com seus capacetes e seus uniformes com vivos carmezins, tocando a marcha fúnebre de Chopin, transcrita pelo seu famoso mestre António Gonçalves da Cunha Taborda.

No fim de tudo, um pelotão de cavalaria, mas entre êste e a banda, ia-se juntando gente vária que seguia até a Graça para ouvir o sermão e presenciar o teatral Calvário, armado na capela-mór e que, até certa altura do discurso, se mantinha tapado por espessa cortina roxa, que funcionava como pano de boca de um palco. Quando o prègador julgava o momento propício, proferia certas palavras, que eram santo e senha daquele Sésamo. Assim que elas cruzavam os ares as cortinas descerravam-se e patenteava-se à multidão, que enchia o imenso templo de lés a lés, o espectáculo do Calvário, armado sôbre o altar-mór com figuração em tamanho natural e com guarda-roupa apropriado. A servir de fundo a tudo um pano em que estava pintada uma fantástica vista de Jerusalém.

A decoração era sempre a mesma mas nem por isso o agrado que suscitava deixava de ser igual.

Todavia, não obstante a sua longa teoria de rôxo, a-pesar-de tôda a gravidade que revestia, não obstante os toques de funeral e as mar-

chas graves da banda, a-pesar-das pessoas disfarçadas sob o andor e das outras que caminhavam a seu lado empunhando velas de seu tamanho — as únicas almas que ainda seguiam amorosa e reconhecidamente a benta imagem — a velha procissão já era mais um hábito que outra coisa. Era tôda exterioridade. E a prova mais provada é que certas pessoas, que nela tinham parte activa e se tornavam notadas pela constância no transporte periódico de certas insígnias, se salientaram anos depois movendo perseguições à Igreja, a seus pastores e a suas ovelhas e outras puderam fazer criar o ambiente de que o culto do Senhor dos Passos era para êles um modo de ganhar a vida «honradamente» . . .

Hoje ainda se realiza a procissão na segunda sexta-feira da quaresma.

Já não vai aos «passos», alguns secularizados, outros desaparecidos.

Dá apenas uma volta pelo que, noutro tempo, foi o adro de Nossa Senhora da Graça.

Não posso descrevê-la porque nunca a presenciei. A última que vi foi a de 1908.

Contudo, estou convencido de que não voltou a ter a notoriedade de antanho, antes propendo a crer que será cada vez mais um acto litúrgico em que a piedade tem quinhão somenos.

¡ Se Luz Alvares de Andrade ressuscitasse! . . .

L. D. V. M.

Algés — Abril de 1938.

BIBLIOGRAFIA

TUDO QUANTO SE ESCREVEU E NÃO ESTÁ DEVIDAMENTE
ANOTADO TEM BASE NAS OBRAS SEGUINTE:

Padre ERNESTO SALES — *Nosso Senhor dos Passos da Graça. Esboceto histórico da veneranda imagem do Senhor Jesus dos Passos da Graça e templo da mesma invocação.*

Padre ERNESTO SALES — *A igreja da Graça jazida de três governadores da Índia.*

Padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA — *Corografia portugueza, tomo III*

JOÃO BAPTISTA DE CASTRO — *Mappa de Portugal* (2.^a edição), tomo III.

DIOGO BARBOSA MACHADO — *Bibliotheca Lusitana*.

Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA — *Santuário Mariano*, 1.^o tomo.

LUIZ GONZAGA PEREIRA — *Monumentos sacros de Lisboa*.

FORTUNATO DE ALMEIDA — *História da Igreja em Portugal*, tomo III, partes I e II.

RIBEIRO GUIMARÃES — *Summario de varia historia*, tomos I e III.

JOÃO BAUTISTA DOMINGUES — *Vida do príncipe D. Theodosio*.

A. P. F. — *Comentario latino e português sobre o terramoto e incendio de Lisboa*.

NOTAS

(1) A capela de S. Nicolau de Tolentino era, antes do terramoto, onde depois se construiu a actual capela do Santíssimo.

(2) Estes pormenores sobre a reconstrução foram-me espontânea e muito amavelmente subministrados pelo reverendo Padre Ernesto Sales (por intermédio do meu illustre amigo sr. coronel Henrique de Campos Ferreira Lima) com a nota de haverem sido extraídos de um livro manuscrito, da autoria de frei Miguel da Franca, e intitulado *Demonstração historica e chronologica da verdadeira origem e primeiro estabelecimento dos eremitas calçados de S. Agostinho*, escrito em 1818, o qual se guardava há poucos anos na Câmara Eclesiástica Patriarcal de Lisboa.

Aproveito o ensejo para, uma vez mais, consignar os meus melhores agradecimentos ao illustrado sacerdote.

(3) As obras duraram dez anos — de 1895 a 1905. Durante elas o culto celebrou-se na sacristia.

(4) A visita não compreendeu a fachada da igreja, por ser por demais conhecida. Aliás nada tem de notável. Importa frisar apenas que a torre do relógio, que está sobre a antiga porta de entrada do convento, é anterior ao terramoto. Foi construída na primeira metade do século XVIII, segundo os planos de Manuel da Costa Negreiros, architecto da Casa do Infantado, e esteve ameaçada de ir abaixo em 1845, para se lhe aproveitar a cantaria no acabamento do arco da rua Augusta.

(5) Cinco gomis de ouro em campo azul, tendo por timbre um dos gomis do escudo.

(6) Gonçalo Lourenço Gomide foi pai de João Gonçalves de Gomide, 2.º senhor de Vila Verde dos Francos, que casou com D. Leonor de Albuquerque. Sucedeu a seu pai no cargo de escrivão da puridade, que exerceu nos reinados de D. João I e de D. Duarte. Antes de 24 de março de 1437 matou aleivosamente sua mulher e, sendo degolado pela culpa, os filhos passaram a usar as armas e o apelido maternos. O primogénito foi Gonçalo Eanes de Gomide, que foi 5.º senhor de Vila Verde dos Francos e que, pela causa indicada, passou a denominar-se Gonçalo de Albuquerque. Casou com D. Leonor de Meneses (filha do Conde da Atouguia). O grande Afonso de Albuquerque foi o filho segundo d'este casal. (De uns apontamentos feitos pelo reverendo Padre Ernesto Sales para refundição do seu trabalho *A igreja da Graça jazida de três governadores da Índia* e por êle oferecidos ao autor).

(7) A casa do capítulo do convento ficava no tramo nascente do claustro nobre. Foi destruída em 1900 e já teve, depois disso, várias aplicações, entre elas a de cavalaria...

(8) Esta imagem do «mártir-santo» não deve ser do tempo dos frades por ser pequena. Em regra as imagens (pelo menos as das mísulas) que estavam na igreja, quando ela era conventual, eram tôdas do mesmo tamanho e de grandes proporções. Como em Santo André havia uma, é possível que esta tivesse vindo de lá.

Informações fidedignas asseguram-me que nos últimos quarenta anos houve imagens na igreja da Graça que andaram em perfeito vira-virote, não só as titulares das capelas, como as dos nichos. Em regra, na primitiva decoração de cada altar, há indicação do santo seu patrono no tempo dos frades.

(9) Tenho ouvido chamar modernamente a êste altar: «dos santos pretos cativos». Quero crer que tal apelido provém da presença das quatro imagens a que me refiro no texto.

O verdadeiro nome do altar é «dos pretos cativos», porque pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que de início era composta exclusivamente por escravos negros e depois também abrangeu os pretos fôrros. Ignoro qual a razão por que as imagens dos santos africanos aqui foram entronizadas e desde quando lá estão. Todavia, é crível que fôsse para estimular o fervor religioso dos escarumbas de ambos sexos. No convento havia um carneiro onde eram enterrados os irmãos de Nossa Senhora do Rosário. Não sei onde era, mas sei que era imenso.

(10) Antes de S. Gonçalo de Lagos venerava-se nesta mísula uma imagem de S. Bruno,

(11) Numa das mísulas laterais esteve a imagem de uma santa que não se sabia ao certo quem fôsse. Contudo parecia tratar-se de Santa Terêsa de Jesus. Pelo menos, era essa a opinião mais aceita.

(12) O camarim desta capela é muito mais fundo que o das outras que estão de um lado e de outro do corpo da igreja. Esta circunstância é devida ao facto de ter sido a única que não ruiu com o terramoto.

(Informação prestada pelo reverendo Padre Ernesto Sales).

(13) Antes dessas duas imagens, que talvez viessem do altar de Nossa Senhora da Piedade, esteve lá uma de Nossa Senhora das Dores.

(Informação prestada pelo reverendo Padre Ernesto Sales).

(14) Muitas informações àcerca das imagens que já não estão nos altares foram-me fornecidas pelo zeloso pároco de Odivelas e meu querido amigo reverendo Padre António Luiz de Sousa, que as obteve de um antigo empregado da igreja da Graça, hoje aposentado.

Aquele sacerdote está de certo modo ligado a este templo, porque foi êle a primeira pessoa que, ao cabo de numerosas peripécias que a imprensa da época noticiou, entrou na igreja da Graça (pela bandeira da porta de Santa Rita) quando ela foi restituída ao culto, depois da extinção da célebre «cultural». Aproveito o ensejo para lhe consignar aqui, uma vez mais, os meus agradecimentos pelas diligências que fez para me ser agradável.

(15) Êste altar era de Nossa Senhora da Pérsia e ainda assim é conhecido. A imagem de Nossa Senhora da Vida veio para aqui há poucos anos. Estava antes na capela do Santíssimo, provavelmente desde 1835.

(16) Os azulejos da capela de Nossa Senhora da Vida estão desde 1865 na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(17) Aspão ou Haspam pois de ambos modos aparece grafado o nome.

(18) A procissão era feita «com aquela solenidade e festa que costumam fazer em o dia de Corpo de Deus». Além da procissão realizava-se uma romaria concorridíssima e também havia uma feira. Ambas acabaram em 1581. A afluência de gente era tamanha que as portas da igreja ficavam abertas tôda a noite!

(19) As três imagens, em boa verdade, não vieram do Menino Deus. Pertenceram a essa igreja mas foram arroladas e postas em praça pela Comissão Executiva da Lei da Separação ou entidade congénere. O leilão efectuou-se nos claustros de S. Vicente. Um antigo irmão, muito devoto do Senhor Jesus do Penedo, viu a imagem em praça e comprou-a... por 30\$000 réis e comprou também as imagens de S. Miguel e de S. Silvestre. Muito feliz por ter tido a alegria de salvar a imagem do patrono da sua antiqüíssima irmandade, trouxe-a para a Graça. Foi colocada onde está hoje, que é no lugar onde estava Nossa Senhora da Graça, a qual foi posta onde agora se vê — à boca do camarim.

(20) Foi feita em 1827, por Francisco de Borja Gomes. É de roca.

(21) Informações fidèdignas dizem que está nos inúteis!

(22) A imagem do Senhor dos Passos da Graça só é realidade desde 1922. Até então era só a cabeça, as mãos e os pés, tudo o mais era esqueleto tosco com um ou outro engonço. A tradição diz que à roda de 1586 apareceu em Lisboa um escultor italiano que por cá andou oferecendo trabalhos seus. Entre êles figurava uma cabeça de Cristo na Sua Paixão, em tamanho natural, que Luiz Álvares de Andrade lhe comprou por três cruzados. Em 1755 deve ter ficado muito avariada e é natural que quem fôsse encarregado da restauração se visse obrigado a fazer coisas da sua lavra. Mas a imagem continuou a ser só o que se via, por baixo da túnica era informe e era indecente. Só em 1922 deixou de sê-lo, passando a ter tronco e membros perfeitamente esculpidos. Os toros de madeira que constituíam o «corpo» do Senhor dos Passos foram enterrados num vão que fica por detrás dos altares dos pretos cativos, do Senhor Jesus do Montoya e do Sagrado Coração de Jesus.

(Informação obtida do reverendo Padre Ernesto Sales, que foi mais de 30 anos capelão da Irmandade dos Passos e muito contribuiu para que se levasse a cabo a metamorfose da imagem).

(23) A imagem de Santo Agostinho, que foi dos frades, é de cedro e pesadíssima. A que lá está agora é de roca e, por conseguinte, de fácil deslocação. Foi «construída» por um empregado da igreja que, para o efeito, aproveitou a cabeça de pasta de uma das figuras do Calvário, que se armava por ocasião da procissão do Senhor dos Passos. Parece mentira mas é verdade.

(24) Nesta capela havia um quadro a óleo pintado sôbre madeira e que representava a chegada à igreja da Graça da imagem de seu orago, trazida procèssionalmente pelos pescadores de Cascais. O quadro era de proporções médias, de boa

pintura e levou sumiço (como muitas coisas mais) por ocasião das obras de 1895-1905. Sabe-se o destino que teve. Foi partido à enxó pelos operários para aproveitarem os cavacos em fogueiras para aquecer o comer e para necessidades do trabalho! (Informação do reverendo Padre Ernesto Sales).

(25) Porque o padre Carvalho da Costa dizia em sua *Corografia* que se esperava (cerca de 1712) que a sepultura dos condes da Ericeira subisse brevemente a maior grandeza, é evidente que o jazigo dos nobres senhores do Lourçal devia desluzir do conjunto. Efectivamente o códice manuscrito n.º 673 da Livraria da Torre do Tombo confirma esta hipótese (apontamento do reverendo Padre Ernesto Sales para a refundição atrás referida).

Diz-se lá a fls. 3 e 3 v.º :

«No presbiterio da capela mor, da parte do Evangelho, se acha um arco de pedra e dentro dele «hum tumolo de pao velho e tosco» e nele se lê este epitafio — Esta capella he de D.^{om} Diogo de Menezes, conde da Iriceira, do cons.º de estado delrei Felipe terceiro e seu Mordomo. Dotarãona seos testamenteiros em 25\$z.^{dos} (25.000 cruzados) para seo jazigo e de D.^{om} Henrique de Menezes seo avou q̄ foi governador da India. Tem tres missas quotidianas, e dous anniversarios como consta das escripturas q̄ estão no cartorio deste convento. Faleceo em Madrid em Março de 1635 e foi trasladado seo corpo para esta sepultura em 4 de 8.^{bro} de 1639.

Sobre o tumulo estão as armas dos Menezes pintadas na parede; por cima do escudo das armas está outro escudo com uma espada de Santiago, e no remate do arco da capela mor se achão as armas dos Menezes, e nos dois ultimos pedestais embutidos das grades da capela mor se achão embutidas as armas dos Botados».

(26) A refundição do notável estudo que o reverendo Padre Ernesto Sales publicou em o 11.º vol. da *Revista de História* tinha por título: *A Igreja da Graça jazida de quatro governadores da Índia*. É, por conseguinte, baseado em trabalho do erudito sacerdote e ilustre investigador e não para o rectificar que faço a afirmação contida no texto. Não quiz o reverendo Padre Sales publicar a nova edição daquele seu trabalho e preferiu oferecer-me tudo quanto tinha sobre o assunto. Cabe-me corresponder a tamanha gentileza dando o seu a seu dono, embora infrinja o compromisso tomado para com o respeitável sacerdote — o de não fazer referências a seu nome.

(27) A quinta de Azeitão chamou-se primeiro do *Paraiso*, talvez em memória da que havia junto a Alhandra, e onde nasceu o grande Albuquerque.

Este D. Jorge Manuel, a quem D. António Caetano de Sousa, na *História*

Genealógica (XI, 445) chama «irrequieto e não liso nos seus procedimentos», era filho de D. Jerónimo Manuel, a quem chamavam «o Bacalhau» e de D. Maria de Mendonça, sua mulher, a qual era neta de Fernão de Albuquerque, senhor de Vila Verde, irmão primogénito de Afonso de Albuquerque. Parece que foi desta senhora — a *Bacalhoa*, por ser viúva do *Bacalhau* (falecido em 1620) — que a quinta tomou a designação por que ainda hoje é conhecida. D. Jorge Manuel foi degredado para Mazagão por vários crimes e lá esteve prêso por ordem do governador, D. Gonçalo Coutinho. A' data do 1.º de dezembro de 1640 estava em Madrid e Filipe IV fez-lhe mercê do título de conde do Lavradio. Voltou para Portugal onde o título lhe não foi reconhecido. Faleceu na Bacalhoa em 1 de outubro de 1651

(Dos apontamentos referidos).

(²⁸) Havia entre outras relíquias famosas: a cabeça de Santa Cristina (dádiva da Rainha Dona Catarina de Austria), a cana de um braço de S. Vicente e um Santo Lenho.

(²⁹) Uma tradição muito espalhada e muito acreditada no bairro da Graça, há mais de cinquenta anos, responsabilizava d'este desaparecimento um mandão da época, liberal dos quatro costados. Não lhe ponho o nome porque há descendentes seus e não há provas da acusação. Mas não deixo de mencionar-lhe as iniciais do nome porque era mais conhecido: eram J. M. E.

(Informação prestada pelo reverendo Padre Ernesto Sales, que a recolheu da boca do 2.º conde da Figueira (D. José) falecido, com 90 anos, em 1918).

A IGREJA E O SÍTIO DE SANTO ESTÊVÃO DE ALFAMA

Conferência realizada na Igreja de Santo Estêvão de Lisboa, em
20 de Novembro de 1938, em visita do Grupo «Amigos de Lisboa»

POR SIDÓNIO MIGUEL

(Conclusão)

A capela mór, bem rasgada no seu arco, oferece-nos logo dois bons púlpitos, cujas bacias e docéis são de pedra, mas não as guardas e peitoris que são de madeira. É uma nota de acabamento precipitado ou mesquinho de coisas, que não falta na maioria das construções portuguesas, onde secularmente fica o provisório a substituir o definitivo.

Já falei atrevidamente do character berniniano da capela. Berniniano, no sentido de certo baroco, inclusivamente afirmado pelo grupo escultural que a domina. Dizem Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, diz Gonzaga Pereira que é de pedra este grupo de José de Almeida, o notável escultor e entalhador desta e doutras obras que se encontram na Madalena, na Bemposta, nas Necessidades e no Museu dos Coches de Belém. (É d'ele e do irmão Vicente Felix de Almeida a talha do célebre coche de D. João V). Infelizmente o grupo não é de pedra, é de madeira coberta com gesso. Certamente outra obra provisória que ficou aqui definitiva . . .

Sabem V. Ex.^{as} que a imagem à boca da tribuna é a do orago, conhecido pela dalmática de diácono, pelo livro e pela palma do Martí-

rio, e obra de Nicolau Pinto. Do lado do Evangelho está S. José, do da Epístola S. João Batista. Devo dizer que, quando vejo esta capela mór, tôda a igreja aliás, cujo architecto ficou desconhecido, pelo menos até hoje, penso também e naturalmente em Ludovice, senão como seu architecto, como seu inspirador — mestre que foi da legião de architectos e de engenheiros dos períodos joanino e pombalino. E penso também no escultor Giusti, cuja actividade e influência entre nós estão conhecidas. E por êle certamente a influência berniniana, tardia embora. Recomendo que não escapem à admiração de V. Ex.^{as} os mosaicos do frontal e banquetta dêste altar.

Passando da capela mór aos altares do corpo da igreja, o primeiro do lado do Evangelho, baroco na architectura e na decoração, como o outro colateral da capela mór, era antigamente o do Santíssimo. Modernamente o sacrário passou para a capela mór por determinação eclesiástica que quere o Santíssimo no primeiro altar das igrejas.

Hoje êste altar lateral é de Cristo Crucificado. Tem bom camarim de talha dourada, porventura ainda da igreja demolida. Neste altar vêem V. Ex.^{as}, além da imagem de Cristo Crucificado, a moderníssima de Nossa Senhora de Fátima.

O primeiro altar do lado da Epístola, que também tem o seu camarim de talha dourada, é do Senhor dos Passos. Tem ainda a imagem da Senhora das Dores e a antiga de Santa Catarina, a melhor da igreja, na opinião dos entendidos, e creio que ainda a do culto dos meninos que lhe ofertavam pão e uma moeda de cobre, como sua advogada contra a varíola.

O segundo altar do lado do Evangelho é o de Nossa Senhora da Conceição, patrona duma Irmandade, cujo compromisso existe ainda no arquivo da igreja e é exemplar notável de tais documentos, como V. Ex.^{as} poderão ver.

Parece-me êste altar o melhor do corpo da igreja, pela composição e pela decoração do retábulo que, sendo baroco, é para mim mais equilibrado que o que lhe fica à esquerda, demasiado carregado pelo frontão. Neste, o torcido salomónico não se limita às colunas, mas passa aos próprios arcos. Notarão V. Ex.^{as} que o retábulo e altar são de mármore e de mosaicos interessantes. As outras imagens são, como V. Ex.^{as} vêem, a Senhora do Rosário e Frei Nuno de Santa Maria,

cuja iconografia de jovem guerreiro persiste aqui como nalguns outros templos. Em nicho inferior está Santa Ana. A Senhora da Paz vê-se em modesta estampa.

Fronteiro a êste altar, está do lado da Epístola outro que lhe corresponde em arquitectura e decoração. Não, infelizmente, na excelência do material, que é madeira a imitar mármore e mosaicos. Tem como titular Santo António de Lisboa. Vêm nele ainda V. Ex.^{as} a imagem do Coração de Jesus, bastante moderna, a de S. Pedro Apóstolo e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens, invocação muito antiga nesta igreja, como já ouviram. Há ainda aqui no nicho uma pequena imagem de S. Sebastião.

São modestos de material e de trabalho os altares que falta mencionar. Do lado da Epístola, S. Domingos de Gusmão, acompanhado de Santa Bárbara, Santo Amaro e S. Miguel. Em baixo, a imagemzinha de Nossa Senhora da Atalaia, porventura a antiga dos mareantes e pescadores, à qual se pagavam percentagens alfandegárias do açúcar. Do lado do Evangelho têm V. Ex.^{as} Nossa Senhora do Carmo. Em baixo Cristo Ressuscitado, ladeado de Santo Emídio e de S. Pedro Gonçalves, que lá têm o nome. S. Pedro Gonçalves ou Santelmo — lembro-o a V. Ex.^{as} — o milagroso patrono de mareantes que Camões viu e fez ver a Vasco da Gama:

«Vi claramente visto o lume vivo
que a marítima gente tem por Santo».

Também vamos encontrá-lo lá em baixo no Santo Espírito.

Na sacristia, cuja descrição foi feita a V. Ex.^{as} por palavras de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, há principalmente três telas antigas e uma escultura que representa S. Joaquim, a que os entendidos dão certo valor. Tudo certamente da antiga igreja. No côro, onde está mudo um velho órgão, encontram-se dois quadros que representam S. Sebastião e parece que Santa Catarina. Não os vi ao pé. ¿ Serão os de Pedro Alexandrino?

No tecto da capela mór, de abóbada de aresta, como V. Ex.^{as} vêem, já sabemos que lhe atribuem o ostensório e os quatro Evangelistas.

Não falámos da abóbada da nave, de cúpula abaulada ou rebaixada, com pintura ornamental, que não é feita sôbre o material do próprio intradorso, mas sôbre tela. Vejam-na V. Ex.^{as}. Deve ser obra da restauração de 1833 a 1848, como certamente todo o estuque ou escaiola que por aí se vê.

Quando sairmos da igreja, atentemos na fachada que é simples, mas não é nua. É sóbria e elegante. Prejudica-a o casario que lhe puzeram adiante, certamente aí pelos princípios do século passado ou fins do anterior.

Considerando-a no sentido vertical, cujo partido prevalece na composição, vê-se o corpo central dividido simètricamente em três partes até à cornija que o separa do frontão triangular, onde não falta o ôlho de boi.

A unidade da fachada é dada, talvez, pela maior grandeza e decoração da porta e janelão central.

Uma e outro parecem-me bom lavor de desenho e de cantaria. Prestam graça à porta uma bem emoldurada ática e o motivo decorativo duma concha ou venera estilizada. Os mezzaninos ou pequenas janelas sôbre as três portas ligam-se cada um à sua janela superior, onde já sabemos avulta a central com a destacada cornija sôbre cartelas graciosas.

O corpo central da fachada é ladeado de dois corpos simétricos. Sôbre um assenta a tôrre do sul, que tem um pequeno carrilhão de sinos, que tocam por música e foram dádiva do moageiro de há trinta e tal anos, Domingos José de Moraes, grande bemfeitor, com o seu irmão José Luiz de Moraes, de tôda esta freguesia e da de S. Miguel.

A simetria da fachada está apenas destruída com a queda da tôrre do lado do norte.

Dentro dêste adro, que gosa dum panorama muito seu, diferente de todos os outros de Lisboa, porque nos afoga o Tejo a jusante com o casario das elevações do Limoeiro, aparentemente unido ao da Outra Banda, já houve um jardim que teve o nome do Dr. Alberto Costa, o faladíssimo *Pad-Zé* de há trinta anos. Este jardim teve uma história. A igreja cedeu o adro à Câmara para ajardinamento. O rapazio destruiu o ajardinamento, a Câmara não o refez e não restituiu o terreno.

Subsiste hoje um modesto cruzeiro de quási três séculos, retirado

e reposto de 1910 para cá, do qual Esteves Pereira nos diz que tem no soco uma inscrição difficil de ler.

Parece-me que reza o seguinte :

ESTE SINAL DA REDENÇÃO
QUE UM DEVOTO AQUI FEZ PÔR
PEDE COM DEVOÇÃO
SE LOUVE O REDENTOR.

1669

Continuamos em pensamento fora da igreja. E em merecida visita, que V. Ex.^{as} farão bem em repetir, sempre que possam — porque estas romagens colectivas dos *Amigos de Lisboa* procuram criar precisamente o costume da amorosa visita de cada um de nós às coisas da nossa cidade — poderemos agora dividir-nos por algumas destas ruas da freguesia, comumente chamadas miseráveis e sórdidas.

Mas não há apenas miséria e sordidez. Há, por sinal, dois palácios fidalgos aqui bem perto. O palácio ou as casas apalaçadas da família Azevedo Coutinho, com o character curioso que lhes dão a situação nas costas da igreja, a escadaria da calçada e o arco sôbre que assentam as grandes janelas da fachada, que infelizmente não chegou ao que parecia ser propósito do construtor ou sofreu a mutilação do terremoto que a reconstrução não disfarçou.

Não escapará então a V. Ex.^{as} o grande pano de azulejos que oferece à vista a parede trazeira da tribuna do trono da igreja. Tribuna apoiada sôbre fortes cachorros, a atestar talvez o acrescentamento desta parte da capela-mór em certa data. Lê-se no azulejo :

*A Domino factum est istud et est
mirabile in oculis nostris.*

citação latina dum dos Salmos de David.

Aqui em frente à igreja ou ao nosso lado direito, quando sairmos, está um velho palácio a cavaleiro da encosta que desce para S. Miguel,

como pode ver-se dum dos pátios do beco do Loureiro. Chamam-lhe o palácio Albergaria Freire e reside nêles actualmente o senhor conde de Val de Reis.

Monsenhor Couto fala nestes dois palácios e cita em cada um dêles uma capela. Na do primeiro há, parece, boa obra de talha e uma escultura notável da Senhora da Piedade; na do segundo um quadro dos Santos Reis, atribuído a Grão Vasco.

O outro recheio dêstes, como de todos os velhos palácios portugueses, em frias salas decoradas de azulejos, encimadas por tetos de madeira, são ou foram certamente tapeçarias, alguns quadros, abundância de louças e porcelanas orientais, baixelas, mobiliários, couros lavrados, etc.

Quanto ao recheio das casas dos pobres, é por ventura em algumas o que sempre foi, a despeito de todos os progressos das artes que criaram o que o nosso século chama «o conforto moderno». Mas não pintemos tudo com negras côres. Há por aqui em muitas delas o modesto conforto duns tantos móveis mais ou menos modernos, a sua roupa asseada, a sua louça bonitinha, a sua telefonia barata. E pela manhã saem duma ou outra casa os mesmos rostos «maquillés» dos outros bairros de Lisboa.

E não escasseiam por aqui os quintais que muitos habitantes das Avenidas Novas, em quartos e quintos andares de prédios com guarda-portão, muito humanamente invejariam. Vejam V. Ex.^{as}, se puderem, algumas ruas dêste pintalgado casario, atentem numa ou noutra casa de aspecto mais antigo. E em qualquer delas acharão interêsse.

Já aqui, ao palácio dos Srs. Azevedo Coutinho, têm V. Ex.^{as} um *Arco do Chanceler*. Quem era êste chanceler? Diz-nos Gomes de Brito que o chanceler d'El-Rei D. Diniz, Pedro Salgado. E nós, se lermos certo capítulo da *Monarquia Lusitana*, de Frei António Brandão, encontramos realmente o nome dêste homem, tesoureiro do rei, fundador de Santa Marinha do Outeiro, padroeiro da igreja de S. Miguel de Covas, em Braga. Vê-se que foi pessoa influente no tempo do Rei Lavrador. E também nos fala Gomes de Brito em certa rua de Marco Salgado que houve aqui junto à igreja. Mais nos diz que êste arco se chamou dos Correia da Franca, família ilustre vinda dos cruzados, que figura no *Nobiliário* do conde D. Pedro, da qual aqui viveram alguns representantes.

A *Rua do Vigário* é citada pelo mesmo autor, como havendo ocorrido nela um milagre a certa Mariana da Encarnação, viuva de Luiz da Costa, almoxarife do Armazém. Não pude apurar que milagre foi êste. Chamo a atenção de V. Ex.^{as} para a casa de ressaltto, que tem o n.º 1 desta rua, e para a de número igual da *Rua de Santo Estevão*. Já na *Rua dos Remédios*, dizem que há ou houve um azulejo de 1850, com cercadura policrómica, que representa ou representava Nossa Senhora da Conceição, Santo António e S. Marçal. Lembro-me realmente dêle ou julgo lembrar-me, mas não o encontrei. No prédio n.º 145 da mesma rua é que está lá ainda um de 1749, que representa S. Marçal e Santo António.

Ali na *Calçadinha de Santo Estevão*, n.º 2, à *Rua dos Remédios*, conhecem V. Ex.^{as} uma linda porta quinhentista, formada por troncos de carvalho, com labores no intradorso; na *Rua dos Remédios*, n.º 29, um pouco acima, uma porta lanceolada, também quinhentista. Ainda nesta rua, à esquina para o *Beco de Maria da Guerra*, se recomenda o prédio n.º 63, e já no *Beco de Maria da Guerra* o prédio n.º 20, que merece porventura a tentação dum aquarelista.

Subindo da *Rua dos Remédios* para S. Vicente, dêem V. Ex.^{as} um olhar curioso ao íngreme *Beco dos Paus*, no entroncamento com a rua ou beco que vem do Arco de D. Rosa. É um recanto com o melhor pitoresco do bairro. Liga-se o nome ao *Chafariz dos Paus* que houve ali ao *Chafariz de Dentro* ou ao *Penabuquel*?

Voltando aqui mais perto, assinalo a V. Ex.^{as} na *Rua Guilherme Braga*, que era há vinte e oito anos *Rua do Conselheiro Adriano Cavalheiro* e outrora a *Cruz do Mau* ou a *Rua de Marco Salgado*, pelo menos em parte do percurso, certa casa que tem o n.º 8 e ostenta uma porta barroca sob janelões. E' claro que não é única no sítio.

Em frente do adro e em qualquer das ruas por que V. Ex.^{as} vieram até aqui, não lhes escaparam certamente alguns exemplares de edificações populares quinhentistas, com as suas empenas, andares de ressaltto, rótulas e tapaduras. Em nenhum outro bairro da cidade se vêem tantas.

A freguesia de Santo Estevão passa para o lado esquerdo da *Rua dos Remédios*. Entre esta rua e o *Jardim do Tabaco* há um pequeno dédalo de becos que interessa percorrer. E há-de haver por ali vestígios da muralha que ia do *Chafariz dos Cavalos* a Santa Engrácia.

Chamo a atenção de V. Ex.^{as} para um nome que ainda ali se encontra de *Beco da Lapa*, a lembrar o postigo que por aqueles sítios abria caminho para a praia. Subam ou desçam o *Beco do Surra*, onde há um prédio n.º 17 com o seu ressalto modernizado; o *Beco do Belo*, onde se vê, no n.º 3-A, um azulejo de 1758, que nos representa Cristo Crucificado, S. Marçal, S. Caetano e S. Francisco de Borja. Subam ou desçam o *Beco do Maquinez* ou *Mequinez*, do qual se ocupou Júlio de Castilho na sua *Ribeira de Lisboa*, a que presta carácter o esguio arco que o liga com a *Rua dos Remédios*. Vão sem receio até ao recinto fechado do *Beco das Mil patacas*, que não perdem o seu tempo.

Não esqueçam ainda V, Ex.^{as} o *Beco do Penabuquel* ou *Benabuquel*, da qual também nos fala Júlio de Castilho, estudando-lhe a origem do nome. Nada lhes conto da *Rua da Regueira* porque são conhecidas as suas velhas casas e azulejos, que julgo aliás já na área de S. Miguel. Aí perto se encontra o *Beco da Alfurja*, (será esta *Alfurja* a *Alfugera* ou *Alfungera* dos velhos roteiros?).

Sabem V. Ex.^{as} que a *Rua dos Remédios* vai até à *Rua do Pa-raizo* e no seu encontro havia as *Portas da Cruz*, demolidas por ocasião da inauguração da estátua de D. José, para deixar passá-la da Fundação de Cima para o Terreiro do Paço.

Gozou êsse sítio por alguns séculos da fama de haver sido ali criada a primeira Universidade portuguesa. Monsenhor Couto morreu a tempo de não ver desfeita essa que êle reputava a primeira glória desta freguesia. O nosso eminente vice-presidente, um dos dois ou três Mes-tres dêstes assuntos, com categoria de grandes historiadores da cidade, deitou por terra essa opinião secular. Recordam certamente V. Ex.^{as} a erudita conferência feita no Liceu do Carmo há cêrca dum ano, em que o Ex.^{mo} Sr. Gustavo de Matos Sequeira nos demonstrou cabalmente que a Pedreira dos documentos da fundação da primeira Universidade era a Pedreira do Almirante, ao Carmo, precisamente onde hoje está uma secção do liceu Passos Manuel e onde todos os que viêmos do século passado fizêmos, pelo menos, o exame de Instrução Primária.

Antes de entrarmos na Ermida do Santo Espírito de mareantes e pescadores, não quero deixar êste ambiente da igreja e do sítio paro-quial, sem as palavras de justiça que merece a obra religiosa, educativa e social do actual prior desta freguesia, ainda hoje pobre como sempre.

Já em 1768 um prior de Santo Estevão publicou uma lista das pessoas pobres que por aqui havia. Hoje a lista não seria mais pequena nestes sítios e por S. Miguel, cujas freguesias se encontram reunidas sob a vara dum só pastor que é o Rev.^{mo} Padre Francisco da Silva Geda. Sua Ex.^a Rev.^{ma} aqui diz três missas aos domingos; aqui celebra (sem discutir proventos, muitas vezes nulos) os casamentos, os baptizados e as encomendações. O andador é padrinho de inúmera rapaziada da freguesia. Há aqui na própria igreja uma escola e um patronato, onde recebem ensino e outros auxílios algumas dezenas de crianças.

Precisamos finalmente de entrar na Ermida dos Remédios ou do Santo Espírito. Para comodidade minha e de V. Ex.^{as}, porque não cabemos lá todos como aqui, passo já a dizer a V. Ex.^{as} o que dela sei. É um modesto templo do século XVI, onde se encontram ainda cousas dêsse e do seguinte, misturadas com as que lhe apôs a restauração do século XVIII.

Chama-nos a primeira atenção a formosa porta manuelina, encimada pela pomba do Espírito Santo, e pouco mais. No entanto, merece interêsse, quer a ermida pròpriamente dita, quer a casa de despacho que lhe fica em modesta ática, no piso superior.

A ermida tem três altares ou capelas.

No altar mór, notarão V. Ex.^{as} as imagens de S. Pedro Apostolo e de S. Pedro Gonçalves. Êste o mesmo Santelmo que temos aqui na paróquia e lá está muito bem na ermida de mareantes e pescadores. Uma pequena maquineta encerra a imagem milagrosa da Senhora dos Remédios.

Do lado da Epístola o altar é de Nossa Senhora dos Anjos, que Santo António e S. José acompanham. Está em baixo o Coração de Jesus. O altar fronteiro é da Senhora da Piedade. Acompanham-na S. Joaquim e S. Sebastião.

Entre êste último e o altar mor há uma boa imagem de Cristo Crucificado. Merecem um olhar os azulejos que, do lado da epístola, nos dão em bom desenho os dois mistérios gozosos da Anunciação e Visitação e do lado do Evangelho algumas cenas da vida de Santa Cecília.

À entrada da porta encontram-se dois quadros que parecem de certo valor. O da direita representa Santa Luzia, Santa Catarina e

Santa Bárbara. O da esquerda Santa Apolónia, Santa Ursula e Santa Marta. No côro há mais dois, hoje enegrecidos, mas que se encontram em boas molduras.

A sacristia não pode ser visitada por se encontrar em perigo de ruína provocada pela da escada do prédio contíguo. Há nela bons azulejos que nos representam cenas da vida de Santo Antão Abade.

A ermida—dizem autores—data de 1581, é dedicada ao Espírito Santo e foi a capela do Hospital do mesmo nome, instituído para os irmãos pobres pela respectiva Irmandade que sabemos de mareantes e pescadores de Alfama, cujo juiz conservador era o corregedor do crime de Lisboa.

Mas a Irmandade já tinha sido instituída em S. Miguel antes da criação da Misericórdia e data pois a sua fundação de ano anterior a 1498, em que foram instituídas as Misericórdias pela rainha D. Leonor. E, segundo se lê em transcrição de Júlio de Castilho, na festa naval do recebimento da princesa D. Joana, filha de Carlos V, que foi mãe de D. Sebastião, apresentaram estes pescadores em 1552 seis caravelas muito adornadas, numa delas duas bandeiras muito grandes, uma do Espírito Santo, outra do Deus Padre. Nesta caravela exibiu-se uma dança «tôda vestida de libré preta, de pano muy fino, com suas cadeias e colares de ouro e talabartes e adagas douradas».

A procissão que os pescadores de Alfama então dedicavam ao Corpo de Deus rivalizava com a própria procissão da cidade, segundo Duarte de Sande nos diz na sua *Lisboa em 1584*. E em 1578 contribuíram com sessenta barcos grandes para a desastrosa jornada de Africa de D. Sebastião.

Não devo por fim esquecer que Júlio de Castilho considerava esta ermida bem anterior a 1581 e a 1552. Cita com razão a passagem do *Pranto de Maria Parda* de Gil Vicente, em que se diz:

Bem ali ao Santo Espírito
ia eu sempre dar no fito
num vinho claro rosete . . .

Sigamos entretanto o que mais nos dizem os vulgares monógrafos do templo.

Assim nos contam que, por questões entre os irmãos e alguns padres da igreja de S. Miguel, a que não eram estranhos os respectivos interesses, a irmandade resolveu fundar ermida própria.

Escolheram o local — onde já era, parece, a casa dum capitão de navios — edificaram a ermida, dedicaram-na ao Espírito Santo e obtiveram da cúria romana várias bulas de privilégio.

Os irmãos tinham tumba própria para conduzir os defuntos, «coberta dum rico pano de veludo preto com barras, cruz de brocado de ouro, franjado do mesmo metal, e uma rica cruz com manga igual ao pano da tumba e a divisa do Espírito Santo — a pomba branca com as asas abertas — bordada no mesmo brocado, cercada dum resplendor de ouro». Enterravam os irmãos, mulheres, filhos e filhas sob o pátrio poder, criados e escravos. Os irmãos pobres eram tratados ali e, além da sepultura e mortalha, tinham a sufragar-lhes a alma certo número de missas.

Com a criação das Misericórdias, a administração da nova instituição tentou proibir a continuação dos benefícios desta Irmandade, do que resultou renhida demanda, na qual os irmãos do Espírito Santo sustentaram o direito à sua posse, autorizada e protegida por provisões régias e bulas pontificias. A demanda, pelo visto, durou mais dum século, pois só terminou por uma escritura de conciliação, feita a 12 de Agosto de 1602, na qual se estipulou que os pescadores enterrariam apenas irmãos e famílias, mas não pessoas estranhas.

Parece concluir-se daqui que a Irmandade acabara por prestar os seus socorros a pessoas estranhas. Entretanto não deve deixar-se sem reparo que a administração da Misericórdia de Lisboa devia antes agradecer que impedir êste benefício da Irmandade do Espírito Santo à gente pobre, porquanto, aí por mil seiscientos e trinta e tal, nós encontramos entre as razões de queixa por males, que então todos atribuíam ao govêrno dos Filipes, a existência duma única tumba da Misericórdia em Lisboa para tanta população, do que resultava ficarem os mortos por enterrar ou os parentes terem de os levar em alcatifas, «com grande escândalo de todos».

Já sabemos que o terremoto arruinou muito a ermida, mas que a ruína logo se reparou. Este «logo» deveu ser relativo, porque, com os estragos da igreja paroquial, a sede da freguesia passou, não para a

ermida dos Remédios, mas para a do Rosário, às Galés, que suponho ter sido a anterior à pequenina ermida que ali se encontra hoje do Senhor Jesus da Boa Nova, e não uma que houve ao arco do Rosário, no Terreiro do Trigo, cujos restos creio ainda ter conhecido.

¿ Como se juntou aqui o culto de Nossa Senhora dos Remédios?

Notarão os de V. Ex.^{as} que visitarem a ermida que, à entrada da porta principal, do lado esquerdo, há um poço.

Lê-se no *Santuário Mariano*, citado por vários autores que estudaram o templo, que, segundo antiga tradição, indo um trabalhador ou servente de pedreiro tirar a água para alguma obra que na igreja se fazia, ao puxar do balde, viera com êle a imagem da Senhora dos Remédios.

Alvorçado, chamou pelos oficiais e pelo mestre. E logo todos entenderam tratar-se de cousa milagrosa, pois, sendo o poço baixinho e tirando-se dêle água continuamente, nunca a imagem ali fora vista.

Mais atestava o milagre a pintura enxuta e sem lesão duma imagem que era de madeira e «de vestir» — diz o narrador.

E' claro que a fama do milagre correu por toda a cidade e muitos aflitos procuraram na nova devoção o remédio dos males que sofriam. O povo passou a chamar-lhe a Senhora dos Remédios, título que a pouco a pouco passou à ermida.

¿ E' esta imagem a que se encontra na maquina do altar mór?

¿ Quem a lançou ao poço? Diz outra tradição que fôra um judeu descontente com a imagem que o não servira em determinada doença ou por irreverência que não vem para o caso. E assim acrescenta que a Senhora era levada freqüentemente para casa de certos doentes que lhe recorriam e a guardavam até ficarem curados. Como também outra lenda afirma que a Senhora é que desaparecia da ermida e ia acudir aos pescadores do alto, sempre que êles estavam em perigo por efeito dos vendavais ou dos piratas africanos.

Cousas que comoviam Mestre Júlio de Castilho e de que não devemos rir.

Talvez interesse dizer com verdade histórica que esta ermida, como as da Ascensão e dos Fieis de Deus, tinha em Lisboa a missão que hoje pertence às esquadras de polícia: a de receber meninos perdidos.

Merece a pena que os de V. Ex.^{as} que possam fazê-lo subam à casa de despacho. Não cabem lá muitos ao mesmo tempo, tanto mais que a escada de acesso é estreita.

Mas os que lá chegarem, se pudessem abandonar momentaneamente a nossa feia indumentária de hoje, sentir-se-iam quâsi no século XVII, a despeito de pequenos anacronismos ou equívocos. Sob o tecto de masseira dessa casa — não digo que seja o que lá está, porque o terramoto fez por ali os seus estragos — mas em cenário não muito diferente, ali se reüniam os mezarios dessa Irmandade de mareantes e pescadores, em tempos de repouso na pátria, regressados os primeiros de viagens que já não eram nem podiam ser as do Gama ou do Cabral, mas de capitães de não menor envergadura. Os do *Compromisso* ainda existente, que data de 1606, foram daquele tempo, em cuja apreciação, nós, portugueses, perdemos quâsi todos a cabeça, à fôrça de denegrir os três Austrias que reinaram em Portugal. E de tal maneira a perdemos, condenamos tão boa gente nossa que teve a infelicidade de viver no tempo dos Filipes — como se fora ela a culpada dessa política que nos trouxe a ligação dinástica à Espanha — que não queremos pensar em que, a despeito do Alcácer-Kibir e da pseudo-conquista de Filipe II, os nossos mareantes, guerreiros e colonizadores, não deixaram de tornar tributário do rei de Portugal o do Chale; de entrar lá no Oriente em Jor é em Candyn; de edificar Solor; de proclamar rei de Colombo o rei de Portugal; de aceitar a vassalagem do imperador africano de Monomapata e do rei do Dongo; de expulsar os franceses do Maranhão; de fundar o Pará, Luanda e Benguela; de fazer frente às investidas de ingleses, franceses e holandeses contra o nosso império que não houvera conhecido menos dificuldades, se ao cardeal-rei tivera sucedido D. António ou a duqueza de Bragança — tenhamos a coragem de confessá-lo. A nossa independência secular oito vezes não carece da mentira para viver e se afirmar.

Estavam já ali no século XVII os quadros do anterior que lá se vêem.

São o da *Descida do Espírito Santo*; o curiosíssimo do *Nascimento de Eva*, que a ignorantes da arte como eu faz pensar em Grão Vasco ou na sua escola; o da *Aparição de Cristo à Virgem*. Há lá outro mais moderno e de menor valor, que é o da *Ceia de Emauz*.

Não há lá apenas quadros, há mobiliário de bom tempo: uma mesa

chamada do Sinédrio, uns bancos, umas cadeiras de couro, uns armários, um arcaz.

Acontece que entramos nessa sala de despacho por uma ante-sala que não devemos deixar de olhar também. Estão nela armários de portas rotuladas e curiosíssimos azulejos humorísticos de gatos almiscarados, onde já são vítimas da caricatura os detestados almotacés, antepassados do fisco e do varejo.

Todo êste edificio e recheio estão declarados de interêsse público pelo decreto de 18 de Dezembro de 1936, como ainda registos, actas, manuscritos de várias datas que lá se guardam e que dariam elementos a um estudioso com tempo, para uma monografia a valer. Entre êles se vê um *Livro de Offícios* de magnífico pergaminho e bonitas iluminuras. Mas entre todos os documentos da Irmandade merece especial registo o já citado *Compromisso da Irmandade do Espírito Santo*, datado de 1606. Dêle contou Eduardo Freire de Oliveira:

«E' escrito em bom pergaminho e pode considerar-se um verdadeiro monumento caligráfico, embelezado com vinhetas e riquíssimas iluminuras de brilhante colorido, pôsto que em menor quantidade que as do notável missal pontifical do famigerado Estevão Gonçalves Netto, cônego da Sé de Vizeu, mas da mesma época, não inferior em merito e provàvelmente obra do mesmo autor».

Esta ermida, com a sua casa de despacho, o seu mobiliário, o seu pequeno arquivo, é um exemplo, presente ainda aos nossos olhos, de como estas instituições religiosas do passado acabavam por ocupar-se, não apenas dos assuntos espirituais dos seus associados, mas dos temporais e dos que hoje chamamos profissionais ou de classe.

Nela se reüniam os pescadores para tratarem dos seus interêsses e para ela eram convocados pelo próprio rei, como pode ver-se em certo decreto de 1647, pelo qual D. João IV, preocupado com os abusos da pesca por meio de redes de malha não permitida, ali mandou ir os tartaranheiros com as suas redes para serem examinadas por um vereador e um procurador da cidade.

Esses pescadores que também serviam de pilotos da barra para assistirem às naus da Índia, às armadas reais, e às naus mercantes, e se encarregavam do que hoje se ocupam os serviços semaforicos e telegráficos dos portos, ali foram e deram cumprimento às ordens de

El-Rei. Ali se restituíram aos donos as redes da malha permitida, que eram onze das dezasseis verificadas, e se queimaram as outras. El-Rei ficou satisfeito.

* * *

Está concluída a prelecção da nossa visita de hoje. E, agora que estou aliviado do pêso, confesso que muito me arrependi do primeiro entusiasmo com que me prestei a vir falar a V. Ex.^{aa}

É que, pensando melhor, reconheci que nestas visitas não faltam pessoas que pedem ao cicerone ou orador, não perguntas, dúvidas, presunções, evocações, mas erudição, conclusões, descobrimentos, rectificações, que eu não podia dar-lhes, quer e sobretudo por insuficiência minha e de preparação, quer pela circunstância desfavorável de não me ser fácil o acesso a arquivos de cousas inéditas, donde o saber, a persistência, o acaso, podem arrancar qualquer cousa que os outros ainda não disseram e que nós tenhamos a vaidade de dizer.

Mas a um pensamento succede outro. A cada depressão uma elevação, ao tempo fraco o tempo forte do compasso. Desistir seria feio. Pensando, repensando, fui-me animando ao tentame com a ideia de que afinal a maioria dos nossos consócios não é precisamente de arqueólogos, mas de amantes da sua terra natal, ou da terra onde vivem, cujas cousas passadas gostam de saber, como eu, por humana curiosidade e por aquela simpatia larga, larguíssima, que nos faz recuar às gerações, que nos precederam, e visitar familiar, piedosamente, os lugares por onde passaram, amaram e sofreram; e por onde nós, mais perto ou mais longe, dentro de iguais muros da nossa Lisboa, embora hoje mais alargados, estamos passando, oxalá amando — e sempre sofrendo.

E' assim que eu amo as cousas velhas. Não todavia com ar de superioridade de homem de 1938 que se julga em ascensão de montanha donde descortina ladeiras e planícies que antepassados menos felizes trilharam até nós. Não. Admito que o progresso nos tenha tornado a vida mais fácil que a vivida pelas gerações que por aí andaram e viram esta igreja ou outra no mesmo lugar, êste adro e êste cruzeiro, estas casas ou outras em sítio que não mudou.

A alma delas é que não tinha menos escaninhos, menos mistério, não era menos rica do que a nossa, de conteúdo e corrente viva dêsses sentimentos, dessas emoções, dessas paixões que um seiscentista holandês por nascimento, filho de portugueses, filósofo e oculista, transviado, mas bom, resumiu activamente na alegria, no amor, no desejo, que fizeram caminhar as gerações passadas; na alegria, no amor, no desejo, que nos fazem caminhar a nós.

Visitamos, pois, o passado e enlaçamo-o no presente, em cortejo de imaginação para o futuro. Ao futuro pedimos que não nos veja em encosta vencida da sua rota ascendente, mas na ondulada planície dum hino de amor de Deus e dos homens, quaisquer que êles sejam, em todos os tempos, em todos os lugares, na avidez de Imortalidade.

Avidez de Imortalidade a nossa, hoje, também, sob a própria abóbada familiar desta Igreja, templo material daquela que Santo Estevão viu perante os seus juizes. Não fabricada pelos homens, «a dos céus trono de Deus, a da terra escabelo dos divinos pés». E, até para aqueles que nela não comungam, a maior assembléa humana que o mundo tem conhecido; não convocada pelo medo fautor de religiões, mas pelo amor que desvenda mistérios e que nos faz sentirmo-nos humildemente cousa criada, saudável da presença e do verbo do seu Criador.

— OCIDENTE —

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

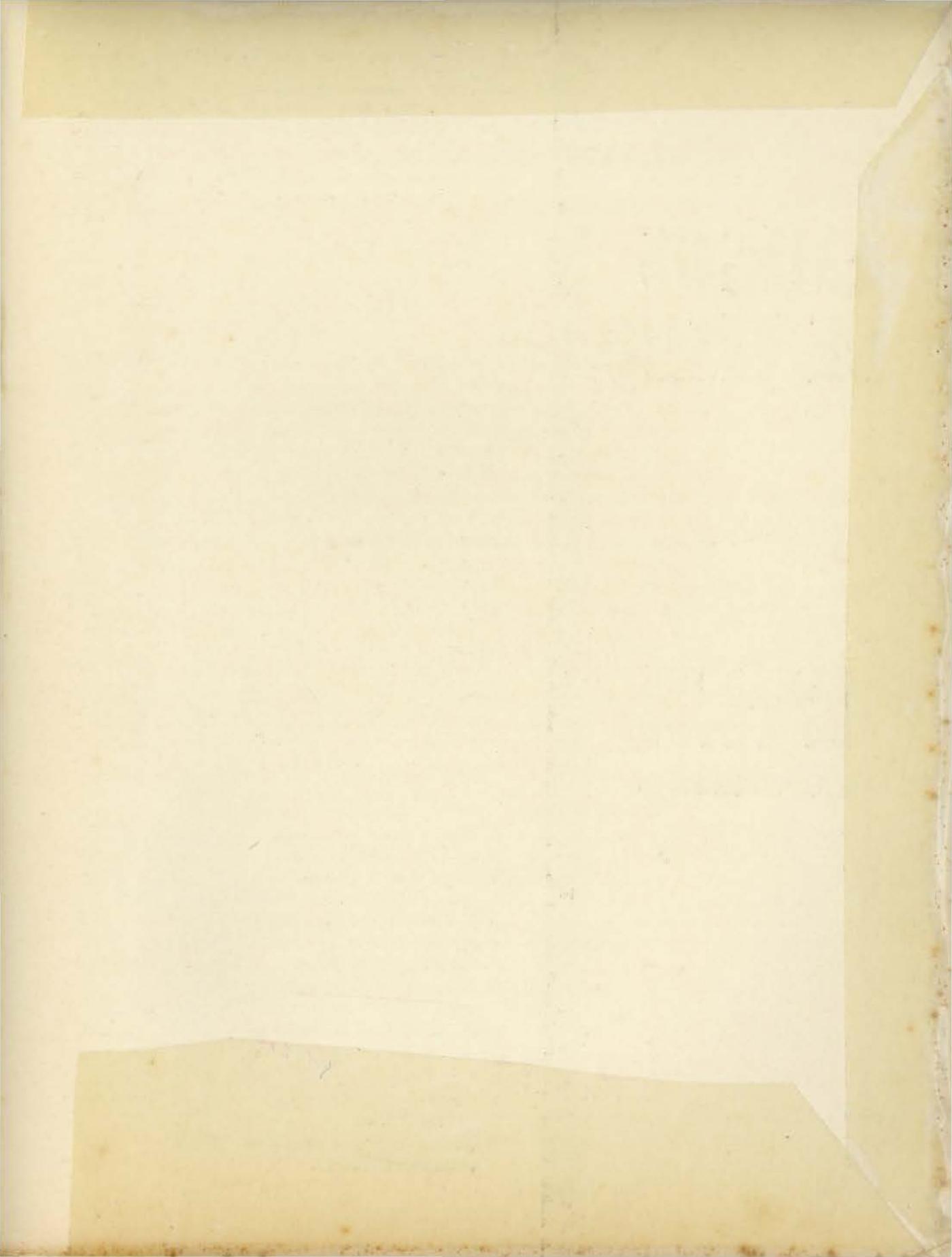
DIRECTORES: MANUEL MÚRIAS e ÁLVARO PINTO

PREÇO DAS ASSINATURAS, POR ANO, COM DIREITO AOS NÚMEROS ESPECIAIS

PORTUGAL, 115\$00 — BRASIL, 120\$00 — COLÓNIAS

PORTUGUESAS, 120\$00 — ESTRANGEIRO, £ 1-8-0

RUA DO SALITRE, 155-LISBOA-PORTUGAL



AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES DO GRUPO E CONSIGNADAS

EDIÇÕES DO GRUPO

EDIÇÕES LIMITADAS E ALGUMAS QUÁSI ESGOTADAS

	Preço de venda para os sócios	Preço de venda para o público
Noite de Evocação do Café Martinho . . . (Só existem 10 exemplares)	5\$00	7\$50
Noite de Evocação do Leão de Ouro. . . ■ <i>Norberto de Araújo</i>	5\$00	7\$50
Pequena Monografia de S. Vicente. Edição vulgar	6\$00	8\$00
Edição especial.	12\$00	20\$00
■ ■ ■		
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00
■ <i>Luiz Moita</i>		
Ermida de Santo Amaro.	7\$50	9\$50
■ <i>Eduardo Neves</i>		
Ruínas do Carmo.	2\$00	3\$00
Igreja da Penha de França.	2\$00	3\$00
A Faculdade de Medicina	4\$00	5\$00
■ <i>Mario de Sampayo Ribeiro</i>		
Igreja da Conceição Velha.	2\$00	3\$00
A Igreja e o Convento da Graça	5\$00	7\$50
■ <i>Luiz Chaves</i>		
Lisboa no Folclore	4\$00	5\$00
■ <i>Ruy de Andrade</i>		
Alfredo de Andrade e alguns problemas de edilícia citadina.	4\$00	5\$00
■ <i>João Pinto de Carvalho (TINOP)</i>		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada	7\$00	8\$50
■ ■ ■		
Olisipo, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.	5\$00	7\$50
~ OBRAS CONSIGNADAS ~		
■ <i>Matos Sequeira</i>		
O Carmo e a Trindade, 1.º	18\$00	20\$00
■ <i>Luiz Pastor de Macedo</i>		
A Baixa Pombalina.	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras.	6\$50	8\$00
■ <i>Norberto de Araújo</i>		
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 10, cada	7\$00	8\$00
■ <i>José Perry de Sousa Gomes</i>		
Lisboa — da sua vida e da sua beleza . . .	6\$40	8\$00
■ <i>António Ribeiro da Silva e Sousa (SIDÓNIO MIGUEL)</i>		
Ronda e Silva de Lisboa Velha	8\$00	10\$00
■ <i>J. S. Vieira</i>		
O Convento dos Marianos	4\$00	5\$00
■ <i>Francisco Cândia</i>		
Aspectos de Lisboa no século XIX — fasc. I, II, III e IV. Cada	6\$40	8\$00